

Emprego

TCC/UNICAMP
L821e
1290003090/IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL D
INSTITUTO DE ECONOM



MONOGRAFIA

**Emprego Assalariado e Gênero:
comparação entre regiões metropolitanas, em 2005**

Aluna: Ana Luiza Guimarães Lodi

RA: 023092

Orientadora: Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone

Leone, Eugenia Troncoso

Dezembro de 2006

CEDOC/IE

200636085

Índice

Índice de tabelas.....	3
Resumo e palavras-chave.....	4
Abstract and key-words.....	5
Introdução.....	6
Capítulo 1: Caracterização dos mercados de trabalho masculino e feminino na década de 90 e na metade da década de 2000.....	9
Capítulo 2: Mercado de trabalho metropolitano conforme regiões de uma perspectiva de gênero.....	18
Capítulo 3: Mercado de trabalho assalariado conforme comparações regionais e de gênero.....	24
3.1) Empregados formais e não-formais.....	24
3.2) Trabalhadoras domésticas.....	37
Conclusão.....	42
Referências Bibliográficas.....	45

Índice de tabelas

Tabela 1: Indicadores de mercado de trabalho conforme sexo, para Brasil, 2005.....	18
Tabela 2: Indicadores de mercado de trabalho conforme sexo, para regiões selecionadas, 2005.....	20
Tabela 3: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, conforme sexo, para o Brasil, em 2005.....	22
Tabela 4: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, conforme sexo e regiões, em 2005.....	22
Tabela 5: Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por faixas de idade, conforme sexo e regiões, em 2005.....	25
Tabela 6: Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por escolaridade, conforme sexo e regiões, em 2005.....	26
Tabela 7: Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por ramos de atividade, conforme sexo e regiões, em 2005.....	28
Tabela 8: Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por tipo de ocupação, conforme sexo e regiões, em 2005.....	29
Tabela 9: Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por rendimentos, conforme sexo e regiões, em 2005.....	31
Tabela 10: Distribuição dos trabalhadores formais com ensino superior por tipo de cargo ocupado, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005.....	34
Tabela 11: Distribuição dos trabalhadores formais dos serviços administrativos, por rendimentos, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005.....	35
Tabela 12: Distribuição dos trabalhadores não-formais de bens e serviços e de reparação e manutenção, por rendimentos, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005.....	36
Tabela 13: Distribuição das trabalhadoras domésticas por faixa de idade, conforme sexo e regiões, em 2005.....	38
Tabela 14: Distribuição das trabalhadoras domésticas por escolaridade, conforme sexo e regiões, em 2005.....	39
Tabela 15: Distribuição das trabalhadoras domésticas por rendimentos, conforme sexo e regiões, em 2005.....	39
Tabela 16: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto à formalização, conforme sexo e regiões, em 2005.....	40

Resumo

O Brasil passou por um grande processo de reestruturação da economia nos anos 90, com impactos negativos importantes sobre o mercado de trabalho. No período mais recente, vem ocorrendo uma ligeira melhora no comportamento do mercado de trabalho com leve redução do desemprego e crescimento do emprego formal. Este estudo, com base na PNAD de 2005, focaliza o emprego assalariado, contrastando o empregado formal e não-formal, cujos rendimentos provêm de estabelecimentos. Analisa, também, o trabalhador doméstico, que obtém rendimento das famílias. Mostram-se as diferenças regionais do perfil do trabalhador assalariado - levando em consideração aspectos como idade, escolaridade, setor de atividade, tipo de ocupação e rendimentos - desde uma perspectiva de gênero, para o ano de 2005. As principais conclusões são que ainda há diferenças relevantes entre homens e mulheres e entre regiões, quando se trata de mercado de trabalho. Os assalariados formais apresentaram características mais favoráveis que os não-formais, como maior escolaridade e rendimentos; e as trabalhadoras domésticas tinham escolaridade baixa e a maioria ganhava de 1 a 3 salários mínimos, em 2005. Quanto às diferenças regionais, o Nordeste foi a região onde os assalariados apresentaram características mais desvantajosas, tanto entre os formais quanto entre os não-formais e, também para as domésticas.

Palavras-chave: trabalho assalariado; informalidade; regiões metropolitanas; gênero.

Abstract

Brazil passed for a great process of reorganization of the economy in years 90, with important negative impacts on the labor market. In the period most recent, it comes occurring a light improvement in the behavior of the labor market with light reduction of the unemployment and growth of the formal job. This study, on the basis of the PNAD of 2005, focuses the wage-earning job, contrasting the formal employee and not-deed of division, whose incomes come from establishments. It analyzes, also, the domestic worker, who gets income of the families. The regional differences of the profile of the wage-earning worker are shown - taking in consideration aspects as age, education, sector of activity, type of occupation and incomes - since a gender perspective, for the year of 2005. The main conclusions are that still it has differences between men and women and regions, when are about labor market. The formal wage-earners had presented characteristics more favorable than the not-deeds of division, as education and incomes; and the domestic workers had less years of study and the majority earned of 1 the 3 minimum wages, in 2005. About regional differences, the Northeast was the region where the wage-earners had presented more disadvantageous characteristics, as much between the forma employee how much between the not-deeds of division and, also for the domestic.

Key-words: wage-earning work; informality; metropolitans regions; gender.

Introdução

A economia brasileira sofreu uma ampla reorientação iniciada nos anos 90. Aderiu ao neoliberalismo seguindo, principalmente, as “regras” explicitadas no Consenso de Washington. Com isso houve ampla liberalização financeira e comercial, que possibilitou a consecução do exitoso Plano Real de combate à inflação, mas expôs o país à concorrência externa sem um maior preparo para competir internacionalmente.

Pressionadas pela concorrência externa, as empresas locais tomam a iniciativa de implementar ajustes para se adaptarem. Foi implementada uma ampla reestruturação produtiva, causando mudanças estruturais no mercado de trabalho brasileiro, com elevação do nível de desemprego e precarização das condições de trabalho, o que afetou principalmente os empregos dos setores estruturados da economia, como a indústria. Essa queda de ocupações em setores mais estruturados da economia acaba sendo compensada, de certa forma, pelo aumento do emprego nos serviços; e, nestes, geralmente, há condições de trabalho menos vantajosas, muitas vezes com postos de trabalho sem formalização, e com grande participação da mulher.

Depois da crise cambial de 1999 e conseqüente desvalorização da moeda, houve mudanças no quadro descrito acima. As importações perderam importância, e, a partir de 2002, a conjuntura internacional foi extremamente favorável às exportações brasileiras.

Essas mudanças repercutiram, também, no mercado de trabalho, não havendo eliminação relativa de postos de trabalho formais (o trabalho informal continua crescendo mais que o formal) desde 2002; houve concentração de novos postos de trabalho em estabelecimentos mais organizados com maior tendência de formalização dos vínculos de emprego; a indústria de transformação, que diminuiu fortemente os postos de trabalho na década de 90, apresentou um incremento de oportunidades de postos de trabalho de cerca de 10%, entre 2002 e 2004. Apesar disso, a expansão das atividades informais também foi expressiva no período recente, cuja proporção continua maior do que a de empregos formais. Nesse aumento da formalidade, há que considerar, também, o papel do Estado na intensificação da fiscalização.

Dentro desta perspectiva de mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos últimos quinze anos, o presente estudo focaliza os empregados assalariados, de uma perspectiva de gênero, para o ano de 2005. Serão considerados neste estudo os empregados de estabelecimentos, tenham ou não formalizado o contrato de trabalho e os empregados do serviço doméstico remunerado adotando assim uma definição ampla de mercado de trabalho, considerando não apenas os contratos de compra e venda de trabalho decorrentes de empreendimentos, mas também os contratos envolvendo trabalhadores e

famílias. Pretende-se traçar um perfil deste tipo de trabalhador, conforme sexo, levando-se em consideração a idade, a escolaridade, o ramo de atividade, o tipo de ocupação e o rendimento, comparando-se regiões selecionadas. Ressalta-se que as regiões selecionadas são formadas apenas pelas principais regiões metropolitanas.

A comparação regional destes trabalhadores permitirá observar se as diferenças entre as várias regiões brasileiras e entre homens e mulheres continuam expressivas, apesar de uma maior homogeneização das características, que vem ocorrendo ao longo do tempo. Além disso, parece interessante estudar os assalariados em separado, pois esta categoria engloba os empregados formais e informais, além dos trabalhadores domésticos; e, esta última categoria continua aumentando sua participação e é, quase exclusivamente, uma ocupação feminina.

Antes de especificar o que será tratado em cada capítulo, cabe pontuar alguns itens da metodologia utilizada neste estudo.

Serão comparadas, as regiões Sudeste (regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte), Nordeste, (regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza), Sul (regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre) e São Paulo. A razão de se estudar São Paulo separadamente está na sua grande importância econômica e também populacional. Além disso, é utilizada a categoria Brasil, que corresponde às dez principais regiões metropolitanas do país (Belém do Pará e Distrito Federal completam a lista de metrópoles citadas acima). Essa classificação de áreas e todos os resultados empíricos foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD – de 2005.

Sendo assim, o primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos últimos quinze anos, ressaltando as especificidades dos mercados de trabalho masculino e feminino e as diferenças entre os sexos, bem como a mudança de dinâmica nos anos 2000, em relação ao início da última década do século XX.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise do mercado de trabalho metropolitano com base em indicadores de emprego (taxas de participação, de desemprego e de ocupação) para São Paulo, Sudeste, Nordeste, Sul e Brasil, separado por sexo. Ressaltando que se trata, somente, de áreas metropolitanas. É feita uma comparação entre tais regiões selecionadas e entre homens e mulheres, destacando-se as diferenças existentes.

Neste capítulo, utiliza-se também uma análise da estrutura ocupacional, fazendo comparações regionais e de sexo, em que estão inseridos os assalariados, divididos em três categorias: empregados formais (empregado com carteira, militar e funcionário público estatutário), empregados informais (outros empregados sem carteira, empregados sem declaração de carteira) e trabalhadores domésticos

(trabalhador doméstico com carteira, trabalhador doméstico sem carteira e trabalhador doméstico sem declaração de carteira).

No capítulo seguinte, o terceiro, tem-se a apresentação e análise das características dos assalariados (três categorias citadas acima), para o ano de 2005, também comparando as regiões selecionadas desde uma perspectiva de gênero. A partir de tais características, quando for notado algum resultado que mereça destaque, poderá aparecer alguma tabela cruzada envolvendo tal resultado, como, por exemplo no caso da relação sabida entre escolaridade e rendimento.

O último capítulo faz uma sistematização dos principais resultados observados na pesquisa empírica, observando as diferenças encontradas entre as áreas e entre homens e mulheres.

Em resumo, este trabalho pretende traçar um quadro com as características dos assalariados, em 2005, comparando-se regiões e sexos, e ressaltando suas diferenças.

Capítulo 1

Caracterização dos mercados de trabalho masculino e feminino na década de 90 e na metade da década de 2000

A década de 90 teve como característica marcante a reorientação ocorrida nas linhas de desenvolvimento da economia brasileira. Num contexto de instabilidade e forte contração do PIB devido à crise do final da década anterior, com a inflação em níveis altíssimos, começaram a ser adotadas as medidas liberalizantes sugeridas pelo Consenso de Washington, com mudanças que previam: a redução da intervenção estatal na atividade econômica, a privatização dos serviços de utilidade pública, assim como, a abertura da economia por meio da desregulamentação (Packer, 2005). Depois, com o Plano Real houve valorização cambial com aumento das taxas de juros para atrair capitais e possibilitar a manutenção do modelo de âncora cambial. Além disso, cabe lembrar que essa mudança de orientação econômica iniciou-se no começo da década num período ainda recessivo, até 1993.

O sucesso no combate à inflação foi bastante rápido, principalmente pela redução do preço dos produtos importados, favorecida pela valorização cambial do Plano Real, forçando a queda dos preços nacionais e com impacto negativo na Balança Comercial. Entretanto, a combinação de baixo crescimento do PIB, com taxas de juros elevadas, abertura comercial abrupta e real valorizado (devido à âncora cambial) fizeram com que a economia tivesse que se adaptar a essa nova situação. Houve uma reestruturação das atividades produtivas que causou mudanças estruturais no mercado de trabalho brasileiro, com elevação do nível de desemprego e precarização das condições de trabalho, afetando principalmente os empregos dos setores estruturados da economia.

“A abertura comercial sem critérios, aliada ao contexto competitivo interno das altas taxas de juros e ausência de financiamento de médio e longo prazos, transformaram o emprego em uma das principais variáveis de ajuste das empresas” (Pochmann, 1999a).

As mudanças no mercado de trabalho já vinham ocorrendo desde a década de 80. Considerada a década perdida, num contexto de estagnação, inflação altíssima oscilações econômicas, o mercado de trabalho vinha se tornando cada vez menos estruturado, com aumento da participação dos trabalhadores sem registro no total dos assalariados, diferentemente do período anterior, de 1930 a 1970, em que havia uma evidente estruturação do mercado de trabalho, em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos mais organizados da ocupação. (Pochmann, 1999a). Com as mudanças empreendidas na década de 90, essa desestruturação do mercado de trabalho é aprofundada.

A reestruturação das atividades produtivas, com a abertura, provocou a desarticulação no interior das várias cadeias produtivas, fechamento e desnacionalização de várias empresas (Pochmann, 1999a), além da maior busca por eficiência entre as empresas que continuaram funcionando. Foram prejudicadas especialmente as atividades envolvendo novas tecnologias, trazendo implicações importantes para a balança comercial e o crescimento da economia do país, já que estas atividades possuem elevada elasticidade renda da demanda dos seus produtos (Baltar & Leone, 2006). Uma característica importante relacionada, também, a essa reestruturação é a de realocação de empregos. De 1997 a 1998, em média 35% dos postos de trabalho foram realocados entre estabelecimentos, e, desta porcentagem, 40% foram devidos a falências e abertura de novas unidades locais de atividades (Corseuil, Ribeiro, Santos e Dias, 2002).

Com as importações muito mais competitivas em relação aos produtos nacionais (o real estava valorizado), os principais grupos econômicos tentaram aumentar ao máximo a sua eficiência, concentrando suas estratégias nas atividades mais competitivas, e acarretando uma nova configuração da estrutura das ocupações. Pode-se destacar que essa reestruturação aumentou a produção e a produtividade aumentando o nível de investimento marginalmente, como uma estratégia defensiva. Houve, então, queda dos empregos industriais, com ênfase na indústria de transformação. Entre 1989 e 1998, somente as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro perderam um milhão de postos de trabalho nessa última indústria citada (Piquet, 2001). Nesse mesmo período, a região metropolitana de Fortaleza foi, dentre as analisadas, a que mostrou menor queda na oferta de emprego industrial (Piquet, 2001). Mas essa queda não se limitou à indústria; na construção civil, nos serviços de utilidade pública, nas atividades financeiras, por exemplo, o emprego também sofreu redução. Enfatiza-se que na construção civil a realocação de postos de trabalho é alta pela grande participação de emprego temporário. Além da perda de empregos no setor secundário da economia, devido à reestruturação sofrida, os estabelecimentos evitaram repassar seus ganhos de produtividade para os salários, frente a forte concorrência dos importados, fazendo com que os rendimentos reais, nesse setor, fossem sendo deteriorados com o passar do tempo.

Nas pequenas e médias empresas, houve aumento do descumprimento de leis do trabalho, previdência e impostos, pois aconteceu um relaxamento na imposição de regulamentações, no contexto de liberalização da economia. Sendo assim, estas empresas, para se adaptarem às mudanças ocorridas com a liberalização, aumentaram o grau de informalidade e/ou sonegação ao não cumprirem algumas leis (Baltar & Leone, 2006).

A redução de empregos na indústria foi mais que compensada pelo aumento nas atividades de serviço em geral (Baltar, 2003). O crescimento do emprego foi expressivo no comércio, nos serviços auxiliares da atividade econômica, na administração pública e nas atividades sociais, na educação, na saúde, na assistência e previdência social (Baltar, Krein & Moretto, 2006). Cabe ressaltar que a drástica queda de ocupações no setor secundário, nos anos 90, na região sudeste (principal pólo industrial do país), não foi compensada pelo aumento da ocupação no mesmo setor nas outras regiões geográficas (Pochmann, 1999a). Muitas vezes, o crescimento do setor terciário é erroneamente associado a desenvolvimento, pois os países considerados desenvolvidos têm maior peso desse segmento em sua distribuição setorial, devido a melhoras tecnológicas introduzidas na indústria e na agropecuária que economizam mão-de-obra. No entanto, deve-se assinalar que essa redistribuição setorial pode ser derivada de um atrofimento do setor industrial, ou seja seu crescimento é incapaz de absorver toda a força de trabalho ativa que se incorpora ao mercado de trabalho, a cada ano (Cardoso Jr., 1999).

O aumento da ocupação no setor terciário geralmente tem condições de emprego e renda bem piores. As empresas buscando aumentar a eficiência e reduzir custos fixos tornaram os níveis de desemprego ainda mais elevados, cortando gasto com funcionários e terceirizando atividades. Cabe notar que as empresas que oferecem serviços terceirizados não conseguem absorver todos os trabalhadores que foram demitidos das grandes empresas privadas (Packer, 2005). Ressalta-se, também, por exemplo, que setores de comércio e serviços apresentam altas taxas de rotatividade e de realocação de empregos.

O setor secundário era responsável pela contratação da maior parte dos empregados celetistas (sujeitos à CLT). Em consequência, houve uma redução da proporção de assalariados com registro em carteira em relação aos informais (em geral, não só os assalariados). Estes últimos têm condições mais precárias de trabalho, sem nenhuma segurança e direitos garantidos, como, por exemplo, a aposentadoria. Além do aumento da proporção de informais, houve, também aumento no tempo que um trabalhador permanece desempregado, o que ajuda a empurrar parcelas maiores da população para ocupações alternativas (como o emprego por conta-própria) (Kraychete, 2001). Ao longo da história brasileira, as categorias ocupacionais informais eram a porta de entrada para o mercado de trabalho, ou um refúgio temporário para a mão-de-obra excedente, entretanto, nos anos 90, assumem drasticamente o caráter de principal alternativa de inserção para a maioria da população em idade ativa do país (Cardoso Jr., 1999).

Ao longo da década de 90, houve um aumento na ocupação total de 11,4%, entretanto o crescimento das ocupações verificado no setor terciário foi de 22,3% e no secundário houve queda de 2,2% (Pochmann, 1999).

O emprego na agropecuária sofreu redução apesar do setor ter sido o de melhor desempenho na década de 1990 em termos de ampliação do produto (Baltar, Krein & Moretto, 2006). Esse aumento da produção agropecuária não ampliou as oportunidades de emprego nesse setor. Foi decorrência de alterações na composição da produção por tipo de produto e aumentos de produtividade. Sendo assim, quem não conseguiu ocupação na agropecuária foi buscá-la em atividades não-agrícolas, numa conjuntura de aumento da ocupação nas mesmas num ritmo bastante lento.

Tratando-se mais especificamente do emprego assalariado, é importante ressaltar que o número de empregados assalariados em estabelecimentos de atividade não-agrícola aumentou muito pouco na década de 1990, tendo passado de 30,8 para 32,3 milhões entre 1989 e 1999; um aumento de somente 1,6 milhão em um período de dez anos, numa média de 157 mil por ano, bem abaixo do crescimento da população residente no país (média anual de pouco mais de 1,3 milhão) (Baltar, 2003a).

O emprego assalariado em estabelecimentos não-agrícolas oscilou intensamente na década de 1990. Essa oscilação foi acompanhada de uma continuada redução no grau de formalização desse tipo de emprego (de 1990 a 1992) medido pela proporção desses empregados assalariados que têm contrato de trabalho regido pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público.

Na retomada da atividade econômica, depois de 1992, a continuidade ou mesmo o aprofundamento da diminuição relativa do grau de formalização do emprego em estabelecimentos não-agrícolas pode ser atribuído a uma expressiva geração de empregos sem carteira de trabalho (4,4% no restante da década), pois os empregos celetistas e estatutários (sujeitos ao Estatuto do Servidor Público) pararam de diminuir e tiveram até um ligeiro aumento (4,7% ou 0,7% a.a) (Baltar, 2003a).

Quanto ao nível de renda, houve fortes oscilações no nível real de renda do trabalho, na década de 90, que após um decréscimo contínuo desde 1989 até 1994, passa a aumentar sem, no entanto, recuperar plenamente as perdas registradas no período precedente. As remunerações do trabalho voltaram a diminuir a partir de 1999 (Leone e Baltar, 2004).

Nesse contexto de precarização da estrutura ocupacional, ocorrido na década de 90, houve destaque para a expansão da ocupação feminina. A intensificação dos vínculos não-formais de trabalho afetou de forma heterogênea os diversos setores da economia, repercutindo também de forma diferenciada nos trabalhadores segundo sexo (Leone e Baltar, 2004a).

A ocupação feminina se expandiu de forma generalizada, nos anos 90, em todas as regiões metropolitanas (com as taxas de participação nas regiões Nordeste e Sudeste (exclusive São Paulo) apresentando uma elevação levemente superior) e para todas as faixas etárias; no entanto, as mulheres com mais de 25 anos tiveram ganhos mais significativos de participação (Leone, 2003). Essa maior participação de mulheres mais maduras deveu-se tanto à incorporação tardia no mercado de trabalho,

quanto ao envelhecimento daquelas que ingressaram quando eram jovens e permaneceram trabalhando (Leone, 2003). A significativa ampliação do serviço doméstico remunerado teve papel importante na incorporação de mulheres, principalmente as mais maduras que puderam permanecer nessa ocupação por falta de outras oportunidades (Leone, 2003).

Sendo assim, a taxa de ocupação feminina não reduziu como ocorreu com a masculina – a participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado de forma linear e praticamente alheia às flutuações da atividade econômica embora tenha também aumentado a taxa de desemprego. Essa ampliação da participação feminina efetivou-se, predominantemente, nos serviços, que englobam atividades muito heterogêneas do ponto de vista das ocupações tendo em um extremo os serviços pessoais e o serviço doméstico remunerado e de outro as atividades de apoio à atividade econômica e as atividades sociais (saúde, educação e previdência). Nas ocupações em atividades sociais, tradicionais absorvedoras de mão-de-obra feminina, também houve contratação de homens, o que contribuiu para reduzir a separação ocupacional entre sexos (Leone e Baltar, 2004a). Outra constatação interessante é que as mulheres ocupadas têm escolaridade média superior aos homens (37%) mas, ainda com patamares de rendimentos inferiores aos masculinos (25%) (Lavinias, 2001).

A ampliação da taxa de participação da população feminina foi acompanhada de um forte aumento na taxa de desemprego - a taxa de desemprego total das mulheres, em várias regiões metropolitanas cresceu 50% de 1992 a 1999, atingindo com mais intensidade as jovens (Leone, 2003) -, significando que o crescimento da ocupação nas metrópoles brasileiras foi insuficiente para absorver todo o crescimento da população economicamente ativa feminina e, que, também, diminuiu o retorno à inatividade das mulheres com dificuldades de obtenção de um trabalho remunerado (Leone e Baltar, 2004a). Houve um forte aumento do desemprego entre as mais jovens, até 24 anos, passando de 8% em 1990 para 20% em 1998 (Lavinias, 2001). Mesmo sendo generalizado o aumento do desemprego, a região metropolitana de São Paulo foi a mais intensamente afetada (Leone, 2003).

Quanto aos rendimentos dessas mulheres que é uma forma de avaliar a “qualidade” dos empregos gerados, de 1992 a 1999, houve uma melhora no perfil dos rendimentos das mulheres ocupadas, apesar de continuarem em patamares bastante inferiores (Leone, 2003). Em 1999, para o conjunto das regiões metropolitanas, havia ainda um contingente de 41,3% das mulheres ocupadas que recebiam menos de dois salários mínimos na ocupação principal (Leone, 2003).

As considerações acima mostram que o crescente envolvimento das mulheres no mercado de trabalho assalariado encontrou dificuldades relacionadas ao fraco desempenho do próprio mercado na década de 90; houve a sobreposição da reestruturação produtiva, devido à exposição à concorrência internacional, além das políticas econômicas internas de orientação recessiva que obstaculizaram o

crescimento. Apesar do aumento da participação feminina, muitas ainda têm condições precárias de trabalho, com o baixos rendimentos.

Após a desvalorização cambial ocorrida no início de 1999, está havendo uma melhora desse quadro que impactou negativamente no mercado de trabalho. Desde 2003, as exportações brasileiras tiveram expressivo aumento, num quadro de excepcional desempenho do comércio mundial, com maior preço das *commodities* e com o aumento do preço do dólar em relação ao real que, também, contribui para diminuir importações, já que estas ficam mais caras. Essa perda de importância das importações e o maior peso das exportações para o desempenho do produto sinalizam a maior relevância da produção interna no contexto econômico atual (Dedecca & Rosandiski, 2006). Cabe notar que a prioridade da política macroeconômica continuou sendo a de manter a baixa inflação, usando, principalmente, taxas de juros elevadas para isso, o que leva a um baixo crescimento do produto.

No mercado de trabalho, no início dos anos 2000, não houve a eliminação de empregos formais pela grande empresa observada nos anos 90 (Baltar, Krein & Moretto, 2006). Houve, também, interrupção da queda da ocupação agrícola. Mesmo assim, o quadro geral do mercado de trabalho no país, após 1999, não foi alterado. A taxa de desemprego diminuiu muito pouco, passando de 10,3% em 1999 para 9,8% em 2002 e 9,5 em 2004 (Baltar, Krein & Moretto, 2006). Entre 1999 e 2004, houve um acréscimo absoluto de um milhão de novos desempregados (Pochmann, 2006). Essa redução da taxa de desemprego não foi mais acentuada devido ao aumento da taxa de participação no mesmo período. Por isso, a taxa de ocupação (relação entre o número de pessoas ocupadas e a população em idade ativa) é um indicador melhor para mostrar a recuperação do mercado de trabalho. De 1999 a 2004, ampliou-se em dois pontos percentuais a proporção da população em idade ativa que tem alguma ocupação, passando de 51,5% para 53,6%. Cabe notar que a concentração desses novos postos de trabalho deu-se em estabelecimentos mais organizados com maior tendência de formalização dos vínculos de emprego, sendo que o ritmo de crescimento das ocupações foi tanto mais intenso quanto maior o tamanho do estabelecimento (Baltar, Krein & Moretto, 2006), mas os estabelecimentos com menos de 100 empregados ainda respondem por quase a metade do emprego formal (Santos, 2006). A indústria de transformação, que diminuiu fortemente os postos de trabalho na década de 90, apresentou um incremento de oportunidades de postos de trabalho de 10,1% entre 2002 e 2004, somente a indústria de construção apresentou variação negativa (Dedecca & Rosandiski, 2006). Entre 1999 e 2004, foram gerados 3,3 milhões de postos de trabalho na indústria manufatureira (Pochmann, 2006). Apesar desse aumento de postos de trabalho nos setores mais organizados da economia, houve a predominância de

empregos com baixa remuneração (Baltar, 2005). Do total de postos de trabalho abertos entre 1999 e 2004, 63,7% respondiam pelo recebimento de um salário mínimo mensal (Pochmann, 2006).

O superávit comercial externo, de 2003-2005, tem alimentado positivamente a atividade interna, favorecendo a produtividade sem gerar um sucateamento perverso da mão-de-obra (Dedecca & Rosandiski, 2006), mostrando a relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho; uma característica importante desta recomposição é a geração de oportunidades vinculadas ao mercado formal de trabalho. Cabe destacar também, que de 2002 a 2005 o número total de pessoas ocupadas cresceu na mesma intensidade do PIB (2,6% ao ano). Os efeitos positivos sobre o mercado de trabalho poderiam ser ampliados se fosse superada a obsessão monetarista da política econômica no controle da inflação, que mantém os juros elevados, já que os setores com baixo desempenho na geração de novos postos de trabalho são aqueles dependentes do mercado interno. A recuperação do nível de emprego se deu fundamentalmente pela ocupação de capacidade ociosa, tendo em vista a ausência de ampliação dos investimentos. Esse contexto de crescimento sem ampliação do investimento tende a gerar postos de trabalho com baixa remuneração (Pochmann, 2006), como já explicitado anteriormente. Uma outra explicação dessa baixa remuneração seria a forte relação entre as novas ocupações geradas e as exportações; estas tiveram forte ampliação, mas, cabe ressaltar que este aumento esteve concentrado em produtos, que possuem como principal fator de competitividade, o rebaixamento do custo da mão-de-obra (Pochmann, 2006). Apesar do excelente desempenho das exportações, a política restritiva impede que a economia brasileira aproveite adequadamente a conjuntura internacional extremamente favorável.

Mesmo com a economia brasileira apresentando um ritmo médio de crescimento anual inferior à média da economia mundial, o comportamento do mercado de trabalho nacional vem apresentando sinais de certa interrupção na trajetória anterior de queda do emprego industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho (Pochmann, 2006). Desde 2000, há uma ampliação quantitativa das ocupações, especialmente os empregos assalariados formais, após de quase uma década de decréscimo relativo no nível de emprego com carteira assinada. Entre 1999 e 2003, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 1,8%, enquanto o emprego formal cresceu a uma taxa média anual de 3,8% (Santos, 2006). Em 2004 e 2005, com uma taxa média de crescimento anual de 3,6%, o emprego formal elevou-se num ritmo bem maior, 5,7% em média (Santos, 2006). Entretanto, a expansão das atividades informais também foi expressiva no período recente, cuja proporção continua maior do que a de empregos formais. Comparando-se dois períodos, de 2002 a 2005 e de 1993 a 1997, nota-se uma maior formalização dos contratos de trabalho em atividades não agrícolas no primeiro, do que no

segundo; ressaltando que não foi nada desprezível, no período mais recente, a intensidade do aumento do trabalho no serviço doméstico remunerado, do trabalho por conta própria, do número de pequenos empregadores, ou mesmo do emprego sem carteira de trabalho assinada pelo patrão (Baltar & Leone, 2006). Portanto, mesmo como aumento da formalização, as ocupações que são tradicionalmente informais também tiveram expressivo crescimento.

No entanto, as dinâmicas econômica e do mercado de trabalho não são suficientes para explicar o crescimento do emprego formal. Há que considerar o papel do Estado nesse período recente que contribuiu para o aumento da formalização das relações de trabalho. Houve aumento da fiscalização, o Ministério Público do Trabalho vem combatendo a fraude trabalhista e a Justiça do Trabalho tem papel importante através de uma jurisprudência que responsabiliza, subsidiariamente, a empresa tomadora de serviços terceirizados em relação ao cumprimento da legislação trabalhista. Em meio a um contexto de flexibilização de leis do trabalho, estas iniciativas institucionais deram alguma contribuição para melhorar o perfil do mercado de trabalho brasileiro.

Mesmo com todos os cuidados ao analisar o aumento dos empregos formais no período recente, 88,5% do aumento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, entre 2002 e 2005, corresponderam ao aumento do número de empregados em estabelecimento e 75% destes corresponderam à ampliação do emprego formalizado (CLT – Estatutário). O aumento do emprego formal, neste período, correspondeu a 66,4% do aumento total das ocupações em atividades não-agrícolas. Esse aumento do número de ocupados em atividades não-agrícolas, que foi de 3,2% ao ano (entre 2002 e 2005) deve-se fundamentalmente à continuação do aumento da participação das mulheres na atividade econômica, principalmente mulheres adultas para as quais esta participação já se aproxima de 2/3, elevando o peso das mulheres na força de trabalho para cerca de 45%. O aumento do número de mulheres ocupadas nessas atividades foi 54,2% do aumento total do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (Baltar & Leone, 2006).

Também houve mudanças interessantes no mercado de trabalho desde uma perspectiva de gênero, para o período recente, de 2002 a 2004, ressaltando-se que a mulher continua ampliando sua participação. O crescimento do emprego formal foi igualmente intenso para homens (5,1% a.a.) e para mulheres (5,3% a.a.) (Leone, 2006). No entanto, a ocupação não-formal (emprego sem carteira, trabalho por conta-própria, trabalho sem remuneração, serviço doméstico remunerado e empregadores) ficou constante para os homens e aumentou expressivamente para as mulheres, fazendo com que o total da ocupação não-agrícola crescesse 4,3% no caso das mulheres e 2,4% no caso dos homens. Nota-se

que o emprego formal respondeu por 71% do aumento total da ocupação não-agrícola, e as mulheres participaram com 41% do acréscimo enquanto que a totalidade do aumento da ocupação não-formal foi feminina. Portanto, as mulheres continuam tendo grande peso nas atividades mais precárias com grande concentração no setor de serviços pessoais.

Nos setores em que as mulheres apresentam ampla participação no emprego formal, basicamente, educação, saúde e serviços sociais (80%) e alojamento e alimentação (53%), o crescimento do emprego formal foi mais modesto (próximo de 2,8% a.a.) (Leone, 2006). Portanto a semelhança do crescimento do emprego formal de homens e mulheres deve-se a um aumento mais forte deste tipo de emprego para as mulheres do que para os homens na maioria dos setores de atividade, e não somente nos setores tipicamente femininos em que o emprego formal cresceu pouco.

Quanto ao serviço doméstico, o crescimento da ocupação feminina manteve o mesmo ritmo intenso que vinha apresentando no final da década de 90. Este setor é ainda caracterizado por um baixo grau de formalização e por baixos níveis de rendimento.

As considerações acima mostram como o mercado de trabalho teve comportamentos diferenciados na década passada e na presente. Sabendo que o mesmo está relacionado à atividade econômica, fica a pergunta de até quando esta situação de melhoria perdurará, já que a política econômica continua restritiva e a conjuntura internacional pode mudar a qualquer momento. A questão da sustentabilidade do crescimento, que tem impactos positivos sobre emprego e renda, passa necessariamente pelo investimento, e este pela política econômica adotada.

Depois desta breve descrição do período dos últimos 15 anos do mercado e trabalho brasileiro, passar-se-á à caracterização dos assalariados no Brasil, em 2005, desde uma perspectiva de gênero e comparando-se as grandes regiões.

Capítulo 2

Mercado de trabalho metropolitano conforme regiões de uma perspectiva de gênero

Este capítulo faz uma análise do mercado de trabalho metropolitano nos indicadores de mercado de trabalho nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Posteriormente se faz uma análise da estrutura ocupacional.

As regiões metropolitanas brasileiras, principalmente São Paulo, sempre atraíram grande contingente populacional, na expectativa de melhores condições e oportunidades de emprego. Entretanto, no período mais recente, essas expectativas têm sido frustradas, com as metrópoles apresentando piores indicadores de emprego do que outras cidades do país.

Na tabela 1, em que estão os resultados para o Brasil metropolitano total e separado por sexo, no ano de 2005, pode-se perceber uma taxa de desemprego total de 13,4%. Este percentual foi mais elevado do que o do Brasil todo (considerando-se todas as cidades), que atingiu 10,1% (PNAD, 2005), mostrando que a taxa de desemprego tende a ser maior em regiões metropolitanas.

Tabela 1
Indicadores de mercado de trabalho conforme
sexo, para Brasil, 2005

	Brasil		
	Homem	Mulher	Total
Tx. Participação	70,9	52,8	61,3
Tx. Desemprego	10,6	16,6	13,4
Tx. Ocupação	63,4	44,0	53,1

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Os resultados mostram que, de todas as pessoas com mais de 10 anos nestas regiões metropolitanas, 61,3% estavam trabalhando ou procurando emprego (taxa de participação total). Destes, que fazem parte da PEA, 13,4% estavam desempregados, ou seja sem ocupação, mas tomaram alguma medida na busca por trabalho, como já foi citado acima. Comparando-se os que estão ocupados com a população em idade ativa, estes foram 53,1%¹.

¹ As taxas contempladas, nas análises deste capítulo, sobre mercado de trabalho são:

- Taxa de participação = $\frac{PEA}{PIA} \times 100$;
- Taxa de desemprego = $\frac{desempregados}{PEA} \times 100$;
- Taxa de ocupação = $\frac{ocupados}{PIA} \times 100$;

Ainda através dos resultados expostos nesta tabela pode-se notar que há diferenças significativas entre homens e mulheres comparando-se com o total.

Desde de uma perspectiva de gênero, os números foram bastante diferentes em 2005. Nota-se que a taxa de participação é bem maior entre os homens do que entre as mulheres (70,9% e 52,8%, respectivamente), uma diferença de quase 20 pontos percentuais, portanto, apesar de as mulheres estarem cada vez mais ingressando no mercado de trabalho, ainda não foi atingido o nível da participação masculina (apesar dessa participação ser bastante alta se comparada com outros países² da América Latina, além disso, há diferenças entre as taxas de participação segundo faixas etárias; em algumas destas a participação é bem mais elevada que a média acima).

Quanto à taxa de desemprego, o nível de desemprego entre as mulheres é mais elevado, o que significa que o mercado de trabalho não conseguiu absorver todo o crescimento da PEA feminina, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 16,6% – uma diferença de 6 pontos percentuais em relação aos homens –, nas regiões que compõem a categoria Brasil utilizada aqui, em 2005; enquanto que para os homens o resultado ficou em 10,6%, um número mais próximo da taxa de desemprego para o Brasil como um todo (considerando-se todas as cidades e não somente as áreas metropolitanas).

Completando a análise dos indicadores segundo sexo, como já era de se esperar a taxa e ocupação também foi mais alta entre os homens do que entre as mulheres, já que este indicador reflete de forma conjunta as taxas de participação e de desemprego³. Sendo assim, como as mulheres tiveram uma menor taxa de participação e uma maior taxa de desemprego, conseqüentemente, apresentaram menor taxa de ocupação. O resultados deste último indicador são bastante desfavoráveis para as mulheres – 44% contra 63,4% para os homens –, o que mostra que ainda há muitas diferenças entre os sexos no mercado de trabalho.

A tabela 2 mostra de forma mais desagregada os indicadores de mercado de trabalho, permitindo, além da comparação por sexos, a comparação por regiões selecionadas.

Onde:

- PIA: população em idade ativa; são todas as pessoas com 10 anos ou mais.
- PEA: população economicamente ativa; são os desempregados mais os ocupados.
- Desempregados; engloba os sem ocupação e que estão procurando emprego.
- Ocupados; pessoas que trabalharam na semana de referência da pesquisa

² Os países escandinavos são os únicos do mundo onde a participação feminina quase se iguala à do homem (Leone e Baltar, 2004a).

³ A taxa de ocupação pode ser definida de forma indireta, a partir da taxa de participação multiplicada pela diferença entre a unidade e a taxa de desemprego; portanto aumenta com uma maior participação e diminui com uma maior taxa de desemprego.

Nota-se que todas as regiões metropolitanas selecionadas apresentaram taxas de participação semelhantes às obtidas pelo Brasil metropolitano, persistindo as diferenças entre homens e mulheres em todas as regiões.

Cabe ressaltar uma taxa de participação mais elevada, entre as mulheres, em São Paulo 55,5%, seguida do Sul com 53,9%. No Nordeste e no Sudeste a participação feminina ficou abaixo dos 50%, em 2005. Entre os homens, a taxa de participação ficou abaixo dos 70% (69,4%) somente no Sudeste.

Tabela 2
Indicadores de mercado de trabalho conforme sexo, para regiões selecionadas, 2005

	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Tx. Participação	72,8	55,5	69,4	49,1	72,0	49,6	72,0	53,9
Tx. Desemprego	11,0	16,5	9,7	16,7	17,0	16,4	7,5	11,3
Tx. Ocupação	64,8	46,4	62,6	40,9	59,8	41,4	66,6	47,8

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

OBS: São Paulo: Região metropolitana de São Paulo;

Sudeste: Regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte;

Nordeste: Regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza;

Sul: Regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre.

Seguindo na análise da tabela 2, os resultados dos cálculos das taxas de desemprego também confirmam diferenças amplas entre homens e mulheres. Estas apresentaram níveis de desemprego mais elevados do que os homens, também em todas as regiões. Cabe ressaltar, o Nordeste que apresentou a maior taxa de desemprego entre as regiões, tanto entre os homens quanto entre as mulheres (17% e 16,4% respectivamente); nesta região o desemprego entre os homens foi maior do que entre as mulheres, diferenciando-se das demais e do Brasil. O Sudeste mostrou a maior diferença entre os sexos nesse indicador, 7 pontos percentuais. Ressalta-se, também, que os níveis de desemprego na região Sul ficaram em menores patamares, sendo o desemprego das mulheres, 11,3%, o que é semelhante ao nível masculino nas outras regiões, com exceção da Nordeste. Para São Paulo as taxas de desemprego foram semelhantes às do Brasil, sendo assim, apesar do grande desenvolvimento econômico desta área, as mulheres encontram menos oportunidades de emprego do que os homens, também nessa região, já que a taxa de desemprego delas é 5,5 pontos percentuais maior do que a deles.

Na taxa de ocupação também houve grande diferença entre os sexos, sendo que a região Sul apresentou maiores níveis entre todas as regiões, 66,6% para os homens e 47,8% para as mulheres, já que obteve as menores taxas de desemprego e altas taxas de participação, em relação às outras regiões. O Sudeste apresentou a menor taxa de ocupação entre as mulheres 40,9%, pois o Rio de Janeiro apresenta menores taxas de participação (para ambos os sexos) entre as metrópoles dessa região; e o

Nordeste obteve menor taxa de participação entre os homens 59,8%, pois sua taxa de desemprego masculina foi a mais elevada entre as regiões selecionadas, no ano de 2005.

Da análise feita acima, nota-se que as diferenças entre homens e mulheres, no mercado de trabalho, são bastante expressivas em todas as regiões selecionadas. Regiões, estas, que também apresentam diferenças entre si. As mulheres, no geral apresentam piores resultados em relação aos homens e a região Nordeste em relação às outras regiões. Sendo assim, mesmo com os avanços na inclusão da mulher no mercado de trabalho e na integração regional brasileira, o país não conseguiu ter um mercado de trabalho mais homogêneo.

Após a caracterização das diferenças nos indicadores de emprego comparando-se regiões e sexo, analisa-se, também, neste capítulo, a estrutura dos ocupados no Brasil metropolitano e regiões selecionadas, situando os assalariados, em meio ao total de ocupados, que é o foco principal do presente estudo.

Para a análise dos ocupados, utilizou-se a variável posição na ocupação para maiores de 10 anos, da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 2005, em novas categorias, sendo elas: empregado formal, empregado informal, trabalhadores domésticos, conta-própria e empregador⁴.

A tabela 3 mostra a distribuição dos ocupados nas dez principais regiões metropolitanas do Brasil (que foram agrupadas para comparações com as regiões selecionadas), segundo as cinco categorias de ocupados explicitadas acima, separadas por sexo e, também, para o total.

Numa primeira análise, nota-se que tanto entre homens quanto entre mulheres o emprego assalariado (formal e informal) é o que mais contribuiu na ocupação total com 65,8%, sendo que destes 65,8%, 74,2% correspondiam aos formais.

Considerando-se todas as categorias de posição na ocupação, entre os homens o emprego formal teve um peso de 51,9% e entre as mulheres, 44,9%. No caso dos homens, tem-se um peso muito importante do trabalho por conta-própria na ocupação total, sendo esta a segunda categoria a pesar mais entre eles. Entre as mulheres, o trabalho por conta própria não pesa muito, mas, em compensação, pesa muito o emprego doméstico, 18,8% das ocupadas eram trabalhadoras domésticas em 2005.

Os empregadores têm pouco peso para ambos os sexos, com uma leve predominância masculina. No empregado informal, os homens também pesam um pouco mais do que as mulheres.

⁴ O universo da análise só considerará pessoas ocupadas com declaração positiva de rendimentos. Serão excluídos deste universo aqueles que estão ocupados em atividades de autoconsumo e de autoconstrução, e os não remunerados que possuem uma jornada semanal inferior a 15 horas, utilizando, assim, o conceito mais restritivo de ocupado.

Tabela 3
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, conforme sexo,
para o Brasil, em 2005

Posição na ocupação	Brasil		
	Homem	Mulher	Total
Empregado Formal	51,9	44,9	48,8
Empregado Informal	18,8	14,7	17,0
Trabalhador Doméstico	1,1	18,8	8,9
Trabalhador Por Conta Própria	22,9	18,5	21,0
Empregador	5,3	3,1	4,3
Total	100	100	100,0
Absoluto	14360442	11195473	25555915

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

O presente trabalho utilizar-se-á das três primeiras categorias (formal, informal e doméstico), na análise das características dos assalariados, que corresponderam a cerca de 72% dos ocupados homens, em 2005 e a cerca de 78% das ocupadas mulheres (e 75% para o total). Esta diferença ocorreu porque os homens tiveram maiores pesos nas duas categorias que não serão foco deste estudo (trabalhador por conta própria e empregador).

Na tabela 4, tem-se a distribuição por posição na ocupação, para as regiões que serão foco deste estudo.

Tabela 4
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, conforme sexo e regiões, em 2005

	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Empregado Formal	53,2	46,4	53,2	45,6	46,8	36,9	53,1	50,5
Empregado Informal	20,0	16,9	16,4	12,2	22,1	15,7	15,4	12,7
Trabalhador Doméstico	0,9	17,6	1,1	20,2	1,5	20,6	0,8	15,6
Trabalhador Por Conta Própria	20,7	16,1	24,5	19,2	24,7	23,9	23,8	17,0
Empregador	5,2	3,1	4,9	2,7	4,9	2,9	6,9	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	4952999	3990143	4102792	3028070	2354915	1847733	1903482	1478998

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

OBS: Agregação das regiões: ver tabela 2.

Pode-se perceber que a estrutura de ocupações nas regiões metropolitanas segue uma distribuição próxima à brasileira, para todas as regiões. Entre os homens pesam mais o emprego formal, o informal e o trabalhador por conta própria e, entre as mulheres, os maiores pesos foram os do emprego formal, trabalhador doméstico e por conta própria (apesar de pesar menos do que para os homens). No Sudeste, o emprego formal teve maior peso que o por conta própria, entre as mulheres.

Quanto às diferenças regionais, a região Nordeste apresentou resultados discrepantes em relação às demais. O peso do emprego formal, tanto entre homens quanto entre mulheres, foi bastante inferior aos das demais regiões, ficando em 46,8% para eles e 36,9% para elas. Este menor peso nesta categoria refletiu-se nos pesos das demais. O Nordeste apresentou o maior peso da categoria por conta própria para ambos os sexos, ressaltando que a única região onde o resultado ultrapassou os 20%, sendo a segunda categoria mais importante, enquanto, nas outras regiões, como em São Paulo, as mulheres tiveram a segunda maior participação no trabalho doméstico, mostrando que na região mais rica e moderna do país há muito trabalho doméstico, que é de pior qualidade. O peso do emprego informal foi maior entre os ocupados nordestinos do que os das outras regiões e, entre as mulheres, o peso da ocupação doméstica também foi mais importante do que nas outras regiões.

Seguindo na comparação, o Sudeste também apresentou maior peso do emprego doméstico entre as mulheres, ultrapassando os 20%, já que o peso delas no emprego informal foi o mais baixo de todas as regiões selecionadas.

Outro dado que pode ser ressaltado foi o peso de 50,5% das mulheres, da região sul no emprego formal; única região a ultrapassar os 50% nesta categoria.

Depois dessa breve caracterização dos ocupados em geral, realiza-se, no capítulo seguinte, uma análise mais aprofundada dos trabalhadores assalariados, que neste caso correspondem somente às três primeiras categorias da tabela, como já explicado acima.

Capítulo 3

Mercado de trabalho assalariado conforme comparações regionais e de gênero

O foco deste estudo é o trabalhador assalariado. Trabalhar-se-á, dentro de tal categoria, com trabalhadores formais, informais e domésticos, como já explicitado no capítulo anterior. A razão de estudar o trabalho doméstico em separado está na suas características particulares, como o rendimento da categoria que advém das famílias e não de estabelecimentos (caso dos formais e informais), além do predomínio da participação feminina nesta atividade; predomínio este já percebido nas análises de alguns dados feita no capítulo anterior.

3.1) Empregado Formal e Não-Formal

Agora serão apresentadas e analisadas algumas características, comparando-se os empregados formais e não-formais. Serão comparadas as regiões selecionadas com uma categoria chamada de Brasil, que equivale ao agrupamento das dez principais regiões metropolitanas do país. Optou-se por utilizar esta categoria Brasil, porque as regiões metropolitanas têm algumas características específicas, como a baixa presença do ramo de atividade rural, e pareceu mais adequado fazer comparações somente entre elas⁵.

A primeira característica estudada é a faixa de idade dos trabalhadores. A tabela 5 mostra que a faixa de 25 a 55 anos concentra a maioria dos empregados formais. A porcentagem dos ocupados formais nesta faixa ficou acima dos 70% para ambos os sexos em todas as regiões estudadas e no Brasil, sendo que a região Nordeste a apresentou os resultados mais elevados, chegando a quase 80%; 78,5% dos formais homens tinham entre 25 e 55 anos e 77,6% das formais mulheres estavam nesta mesma faixa, no ano de 2005.

A faixa de 20 a 25 anos, que foi a segunda mais importante, apresentou resultados em torno de 20% e as outras duas faixas, dos mais jovens e dos mais idosos, os pesos foram bem pequenos em todas as regiões, destacando-se o Nordeste, com peso bastante reduzido, para ambos os sexos, na faixa de 10 a 20 anos.

⁵ Primeiro, serão analisadas as características desses trabalhadores, como idade, escolaridade e rendimentos e, depois, serão feitos cruzamentos entre as variáveis. Este processo se repetirá para os informais e para os domésticos.

Tabela 5
Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por faixas de idade, conforme sexo e regiões, em 2005

Idade	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Formais										
De 10 a 20 anos	5,0	5,3	3,3	3,5	2,7	2,3	5,6	5,7	4,1	4,3
De 20 a 25 anos	16,9	18,9	14,1	15,6	14,0	14,6	16,6	16,3	15,4	16,6
De 25 a 55 anos	72,9	71,3	75,5	75,2	78,5	77,6	71,7	74,3	74,6	74,2
Mais de 55 anos	5,1	4,6	7,1	5,7	4,9	5,5	6,1	3,7	5,8	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	2634994	1849501	2182624	1381567	1100989	681933	1010575	746862	7452611	5023233
Não-formais										
De 10 a 20 anos	18,1	16,8	16,0	10,9	17,5	13,4	21,7	17,0	17,6	14,7
De 20 a 25 anos	20,2	18,2	19,2	22,4	22,3	23,3	19,2	24,2	20,6	21,2
De 25 a 55 anos	53,9	58,9	56,2	60,1	54,7	58,8	49,4	54,4	54,2	58,6
Mais de 55 anos	7,8	6,1	8,6	6,5	5,5	4,5	9,7	4,4	7,5	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	991509	672647	671116	369832	521263	289486	292507	188478	2698833	1642972

Fonte: PNAD 2005, elaboração própria

Comparando-se com os informais, estes também se concentraram na faixa de 25 a 55 anos, mas as proporções não foram tão elevadas quanto entre os formais, o que significa que as outras faixas apresentaram resultados mais expressivos. Principalmente, entre os mais jovens, de 10 a 20 anos, o peso foi bem maior do que entre os formais, sendo que no Sul, entre os homens chegou a 20% e entre as mulheres a 17%. Entre os mais idosos, as diferenças entre formais e informais não foram tão pronunciadas, sendo que os ocupados não formais homens apresentaram proporções levemente superiores aos formais.

O que fica da análise da tabela acima é que o emprego formal é uma ocupação principalmente de adultos de 25 a 55 anos e de 20 a 25 anos. As proporções dos muito jovens e dos mais idosos são bastante reduzidas. E, entre os não-formais, há mais espaço para pessoas mais jovens, de 10 a 20 anos.

Esta diferença da distribuição por faixas de idade entre formais e não formais pode refletir maiores exigências de escolaridade para se conseguir um emprego formal e, por isso, o baixo peso dos formais entre os muito jovens.

Outra característica importante de ser analisada é o nível de escolaridade, já que é sabido que esse item tem grande influência no cargo a ser ocupado assim como na remuneração dos trabalhadores (outras característica têm grande influência no rendimento, como o tamanho da empresa). Sendo assim, depois de finda a análise das características, serão apresentadas algumas tabela cruzadas para captar tais influências.

Tabela 6
Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por escolaridade, conforme sexo e regiões, em 2005

Escolaridade	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Formal										
Fund. Incompleto	21,8	9,1	21,3	9,7	25,1	9,6	22,5	13,1	22,0	9,8
Fund. Completo	17,9	10,5	21,3	13,5	17,6	9,7	19,2	13,9	19,0	11,6
Médio	44,5	53,4	41,6	48,6	45,3	55,0	43,5	48,1	43,5	51,3
Superior	15,8	27,1	15,8	28,2	11,9	25,7	14,8	24,9	15,4	27,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	2634994	1849501	2182624	1381567	1100989	681933	1010575	746862	7452611	5023233
Não-formal										
Fund. Incompleto	27,5	17,6	34,7	17,9	46,2	20,2	33,6	22,6	34,1	18,2
Fund. Completo	23,3	19,2	24,4	18,4	21,0	18,0	22,7	20,2	23,3	18,7
Médio	38,4	44,3	30,8	45,6	26,1	48,7	32,5	39,2	32,6	45,1
Superior	10,8	18,9	10,1	18,1	6,7	13,1	11,2	18,0	10,0	18,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	991509	672647	671116	369832	521263	289486	292507	188478	2698833	1642972

Fonte: PNAD 2005, elaboração própria

Quanto à escolaridade dos formais, nota-se que a maioria tinha ensino médio completo, em todas as regiões. No entanto, as mulheres têm, no geral, maiores níveis de escolaridade, com cerca de 25% das empregadas formais com ensino superior. No Sudeste 28,2% das empregadas formais, em 2005 tinham ensino superior completo. Cabe ressaltar que, no Nordeste, somente 11,9% dos trabalhadores formais homens apresentavam ensino superior completo, nível, este, 3,5 pontos percentuais mais baixos do que a média para o Brasil, que foi de 15,4%. No geral, os ocupados formais com ensino superior apresentaram resultados bastante parecidos, em todas as regiões, inclusive para o Brasil, com o Nordeste tendo resultados mais baixos.

Nos níveis de escolaridade mais baixos, destaca-se a grande participação dos homens com ensino fundamental incompleto que está em cerca de 22%, sendo o Nordeste com o maior nível, 25,1% dos trabalhadores formais não têm nem mesmo o ensino fundamental; o percentual mais baixo entre os homens foi o da região Sudeste, 21,3%. As mulheres com ensino fundamental incompleto apresentaram percentuais inferiores a 10% para todas as regiões e Brasil, com exceção da região Sul, em que o resultado foi 13,1%. Ou seja, existe emprego formal para homens com fundamental incompleto, mas para mulheres isto é bem mais difícil.

Quanto aos não-formais, pode-se notar facilmente, que as mulheres apresentaram níveis de escolaridade mais elevados em todas as regiões e, comparando-se com os formais, os não-formais apresentaram menor escolaridade principalmente entre os homens com ensino fundamental incompleto.

A categoria com maior peso entre os não-formais também foi a do ensino médio, no entanto apresentou proporções inferiores às apresentadas pelos formais. Os pesos do fundamental completo e

do incompleto foram bastante significativos, principalmente para os homens. No ensino superior os resultados foram mais baixos aos apresentados pelos formais, mas as mulheres não-formais tiveram maior peso nesta categoria do que os homens, como ocorrido no caso dos formais

Quanto às diferenças regionais dos não-formais, destaca-se o Nordeste, em que o peso dos homens com ensino fundamental incompleto chegou a 42,2%; a proporção de homens com ensino médio foi menor do que nas outras regiões e os pesos do ensino superior tanto entre homens quanto entre mulheres foram os mais reduzidos de todas as áreas, 6,7% e 13,1%, respectivamente.

Como conclusão dos resultados da tabela acima, pode-se dizer que no geral as mulheres tiveram níveis de escolaridade mais elevados do que os homens em todas as áreas selecionadas, para os empregados formais e não-formais (com maior escolaridade entre os primeiros). Isso pode estar refletindo uma discriminação por sexos; as mulheres precisam de maiores níveis de escolaridade para disputar alguns tipos de trabalhos com os homens (Quadros, 2003).

Continuando a caracterização, segue-se, a partir da tabela 7, a análise dos ramos de atividade em que estão os postos de trabalho dos empregados formais e não-formais. Esse item pareceu importante de ser incluído, porque, apesar dos avanços, a separação entre sexos segundo o ramo de atividade continua tendo papel importante no mercado de trabalho.

Entre os formais homens, os ramos com maiores participações no ano de 2005 foram indústria de transformação, comércio e reparação, outras atividades e transporte armazenagem e comunicação. São Paulo e a região Sul apresentaram as proporções mais elevadas entre todas as regiões para os formais homens na indústria de transformação, ultrapassando os 30%.

Já entre as mulheres formais, a maior parte estava concentrada na educação saúde e serviços sociais, em torno dos 30%. Este tipo de atividade ainda é considerado predominantemente feminina e, cabe lembrar que, este ramo está totalmente relacionado ao tipo de ocupação profissionais das ciências e das artes, no qual as mulheres têm grande peso, como será visto adiante. Depois, outros ramos com grande presença feminina foram indústria de transformação, comércio e reparação e outras atividades. Para as mulheres não apareceram proporções muito discrepantes entre as áreas selecionadas.

Tabela 7
Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por ramos de atividade, conforme sexo e regiões, em 2005

Ramos de atividade	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Formal										
Agrícola	0,2	0,1	0,3	0,0	1,4	0,1	0,7	0,1	0,5	0,1
Indústria	1,3	0,5	2,3	0,8	1,4	0,5	1,3	0,4	1,6	0,6
Indústria de transformação	32,1	17,6	16,4	9,9	18,5	12,9	33,1	20,0	24,0	14,2
Construção	5,2	1,0	6,3	0,6	8,2	1,1	5,7	0,7	6,2	0,8
Comércio e reparação	17,7	15,4	19,4	17,3	16,5	18,0	17,9	19,7	18,0	17,2
Alojamento e alimentação	3,2	4,8	4,0	4,7	3,9	5,2	2,5	5,2	3,4	4,8
Transporte, armazenagem e comunicação	10,6	4,0	11,4	6,0	8,5	3,6	9,8	4,0	10,3	4,5
Administração pública	4,5	5,6	12,0	8,1	11,3	9,0	8,6	7,4	9,6	8,0
Educação, saúde e serviços sociais	5,3	27,7	6,1	31,4	7,3	31,7	5,4	26,0	6,0	28,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,4	3,9	3,9	5,3	3,2	4,6	2,4	3,2	3,0	4,3
Outras atividades	17,5	19,4	17,9	15,7	19,8	13,4	12,5	13,3	17,5	16,6
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	2634994	1849501	2182624	1381567	1100989	681933	1010575	746862	7452611	5023233
Não-Formal										
Agrícola	1,1	0,4	2,2	0,8	5,1	0,4	4,9	0,9	2,8	0,6
Indústria	0,1	0,0	0,5	0,3	0,3	0,4	1,1	0,4	0,4	0,2
Indústria de transformação	18,0	18,4	12,1	11,2	12,9	16,1	19,5	19,4	15,1	15,4
Construção	13,0	1,1	16,1	0,4	18,1	0,9	12,4	0,5	14,9	0,8
Comércio e reparação	26,5	18,5	24,2	17,6	24,9	15,9	25,8	18,0	25,5	17,8
Alojamento e alimentação	4,8	6,5	4,7	10,3	6,4	12,4	3,1	8,3	4,9	8,8
Transporte, armazenagem e comunicação	8,8	2,9	10,1	1,3	5,9	2,1	7,8	3,0	8,4	2,3
Administração pública	2,4	2,7	5,9	6,7	4,4	7,1	5,1	6,3	4,5	5,6
Educação, saúde e serviços sociais	6,1	22,2	5,4	27,7	4,7	24,0	4,8	19,5	5,4	23,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	7,1	11,1	7,5	14,8	6,8	11,1	6,7	9,2	7,2	11,8
Outras atividades	12,1	16,1	11,1	8,8	10,6	9,7	8,8	14,6	11,0	12,9
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	991509	672647	671116	369832	521263	289486	292507	188478	2698833	1642972

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Passando à análise dos não-formais, entre os homens o ramo com maior peso, em todas as regiões, foi o de comércio e reparação, apresentou proporções em torno dos 25%, lembrando que esta foi uma das categorias mais importantes entre os formais. Depois, houve um peso bastante significativo da indústria de transformação, ressaltando que a concentração de homens nesse ramo no Sudeste e no Nordeste foi mais baixa do que nas outras regiões, sendo que no Nordeste a proporção feminina superou a masculina em 3 pontos percentuais. Construção e outras atividades também tiveram grande peso, entre os homens.

Entre as empregadas não-formais, o ramo de maior peso também foi o de educação, saúde e serviços sócias, como ocorrido para as formais; no entanto, com proporções um pouco inferiores, em torno dos 23%, chegando a 27,7% no Sudeste. Depois, destacam-se indústria de transformação, indústria de transformação, comércio e reparação e outros serviços coletivos, sócias e pessoais; categoria esta que não foi tão significativa entre as formais.

Pode-se reparar que a distribuição de ramos de atividade para os não-formais foi mais bem dividida entre as várias categorias, enquanto os formais tiveram maiores concentrações em algumas categorias específicas.

Outra característica importante a ser observada é o tipo de ocupação que os trabalhadores exercem, explicitadas na tabela 8, já que esta variável sintetiza, de certa forma, o setor de atividade e a escolaridade.

Tabela 8
Distribuição dos trabalhadores formais e não-formais por tipo de ocupação, conforme sexo e regiões, em 2005

Tipo de ocupação	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Formal										
Dirigentes em Geral	6,6	6,1	5,6	5,2	4,7	5,5	5,9	6,3	5,9	5,9
Profis. das ciências e das artes	7,3	16,2	7,3	16,7	5,3	16,3	6,0	15,3	7,1	16,5
Técnicos de nível médio	9,9	13,3	10,6	15,6	8,6	14,4	11,9	12,5	10,3	14,2
Trab. de serv.administrativos	15,3	30,8	14,3	30,1	13,6	28,4	12,6	28,0	14,2	29,4
Trab. dos serviços	16,7	16,2	20,6	17,8	25,8	16,3	13,5	16,4	19,0	16,7
Vend. e prestadores de serv. do comércio	7,0	7,9	8,7	9,5	5,9	9,2	5,7	9,4	7,1	8,9
Trab. agrícolas	0,3	0,2	0,4	4,9	1,4	0,1	0,8	0,4	0,6	0,1
Trab. de bens e serviços e de reparação e manutenção	36,1	8,8	26,9	0,0	30,6	9,4	41,2	11,6	32,3	7,8
Membros das forças armadas e auxiliares	0,9	0,5	5,5	0,2	4,0	0,3	2,3	0,1	3,5	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	2634994	1849501	2182624	1381567	1100989	681933	1010575	746862	7452611	5023233
Não-Formal										
Dirigentes em Geral	3,4	4,1	3,6	3,2	2,5	3,1	4,4	2,9	3,4	3,6
Profis. das ciências e das artes	7,2	16,9	7,8	15,9	5,1	9,9	6,2	16,0	6,9	15,4
Técnicos de nível médio	13,7	10,1	9,3	15,2	8,7	16,8	9,2	9,3	10,8	12,8
Trab. de serv.administrativos	8,9	20,4	8,2	18,7	7,6	20,3	11,2	21,5	8,8	20,3
Trab. dos serviços	14,5	20,5	17,7	23,5	19,3	22,0	13,2	22,4	16,1	21,6
Vend. e prestadores de serv. do comércio	10,9	13,4	10,1	14,4	8,7	13,6	8,6	12,8	10,0	13,8
Trab. agrícolas	1,0	0,4	2,0	0,7	5,4	0,4	4,6	1,0	2,7	0,6
Trab. de bens e serviços e de reparação e manutenção	40,2	14,0	40,7	8,2	42,4	13,7	42,4	14,2	40,9	11,9
Membros das forças armadas e auxiliares	0,1	0,0	0,4	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,3	0,1
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	991509	672647	671116	369832	521263	289486	292507	188478	2698833	1642972

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

OBS: Para o tipo de ocupação, foi utilizada a variável grupamentos ocupacionais do trabalho principal da semana referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade

Entre os homens formais, em todas as regiões, a categoria de tipo de ocupação com maior proporção foi a de trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção, sendo que a média para o Brasil metropolitano foi de 32,3%, ressaltando que, na região Sul o peso desta categoria ultrapassou os 40%. Os outros tipos de ocupação que pesaram mais entre os formais foram os trabalhadores dos serviços, os trabalhadores dos serviços administrativos e os técnicos de nível médio.

Já, entre as mulheres formais, o tipo de ocupação trabalhadores dos serviços administrativos foi o de maior peso, ficando em torno dos 30% em todas as regiões, peso este mais que o dobro do apresentado pelos homens. Depois, os trabalhadores dos serviços, os profissionais das ciências e das

artes e os técnicos de nível médio respondem pelas maiores proporções do tipo de cargo entre as trabalhadoras formais.

Quanto aos profissionais das ciências e das artes, em que as mulheres têm participação muito superior à dos homens em todas as regiões, inclusive Brasil, cabe fazer alguns comentários. Em 2005, em torno de 16% das empregadas formais tinham este tipo de ocupação. Nesta categoria, os homens participaram com cerca de 7%, em São Paulo, Sudeste e Brasil e nas regiões Nordeste e Sul os resultados foram um pouco mais baixos, 5,3% e 6% respectivamente. Nesta categoria, a escolaridade tem muita influência, já que inclui profissões mais bem remuneradas e que, muitas vezes, exigem nível superior, como engenheiros, arquitetos, analistas de sistemas, médicos, dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, advogados, juizes, professores com nível superior, psicólogos, administradores e muitos outros. Como as mulheres, geralmente, apresentam maiores níveis de escolaridade faz sentido o peso significativo desta categoria entre elas.

Passando-se aos informais, a categoria de maior peso entre os homens também foi a de trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção, os resultados foram mais significativos do que os apresentados para os formais, ultrapassando os 40% em todas as regiões, lembrando que tal percentual, entre os formais, só foi alcançado na região Sul. Outros tipos de ocupação com grande peso entre não-formais homens foram as dos trabalhadores dos serviços, dos técnicos de nível médio e dos vendedores e prestadores de serviços do comércio. Esta última categoria, não foi tão representativa entre os formais, mas entre os não-formais foi de 10% para o Brasil, com o Sul e o Sudeste apresentando resultados inferiores a este. Cabe ressaltar que no Sul os trabalhadores dos serviços administrativos tiveram um peso significativo, 11,2%, em relação às demais regiões.

Entre as mulheres informais, a distribuição por tipo de ocupação foi mais pulverizada, com os serviços tendo um peso levemente maior em todas as regiões, na casa dos 20%. Depois, a categoria trabalhadores dos serviços administrativos também teve um peso de cerca de 20%, lembrando que este foi o tipo de ocupação mais representativo entre as formais. O peso das profissionais das ciências e das artes também foi expressivo e bem semelhante ao ocorrido na mesma categoria para as formais, ficando outra vez perto dos 16%. Aqui, pode-se destacar o menor peso das trabalhadoras das ciências e das artes no Nordeste, em que a proporção ficou em 9,9%. Outras categorias com bastante peso entre elas foram técnicos de nível médio - em São Paulo e no Sul os pesos para esta categoria foram mais reduzidos do que nas outras regiões -, e trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção (esta foi a mais representativa entre os homens não-formais) - com o Sudeste apresentando menores pesos para esta última categoria em relação às outras regiões.

Por esta análise, pode-se notar que há diferenças entre homens e mulheres por tipo de ocupação. Portanto, ainda há separação entre os sexos, apesar da mulher vir ganhando espaço em todo tipo de ocupação e atividade.

Para completar a caracterização dos empregados formais e não-formais, segue-se uma análise do rendimento dos mesmos, por faixas de salário mínimo/hora⁶.

Tabela 9
Distribuição dos trabalhadores formais e não formais por rendimentos, conforme sexo e regiões, em 2005

Rendimentos	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Formal										
Menos de 1	1,7	2,4	4,8	5,6	13,8	10,8	2,6	2,4	4,8	4,6
De 1 até 2,99	55,3	56,2	57,1	56,6	62,5	60,7	58,2	63,9	56,9	57,3
De 3 até 4,99	18,6	16,9	16,4	13,4	10,3	11,9	19,2	15,0	16,3	14,7
De 5 até 9,99	13,0	12,9	11,4	13,8	7,0	10,8	11,4	12,6	11,5	13,2
Mais de 10	11,5	11,7	10,3	10,7	6,4	5,8	8,6	6,1	10,4	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	2633203	1846814	2178182	1378138	1098670	679833	1009942	745450	7442674	5013185
Não-formal										
Menos de 1	16,7	15,6	22,3	21,5	47,6	42,4	15,0	17,8	25,1	22,3
De 1 até 2,99	57,1	57,7	56,3	54,0	41,8	44,7	62,8	61,8	54,1	54,6
De 3 até 4,99	11,7	13,2	8,5	9,8	4,6	5,9	11,5	9,4	9,1	10,4
De 5 até 9,99	7,0	8,5	5,7	7,3	3,7	5,0	5,9	7,5	5,7	7,5
Mais de 10	7,5	5,1	7,2	7,4	2,3	2,0	4,7	3,5	6,0	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	991509	672647	670488	369062	519154	289049	292507	188267	2696096	1641554

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Comparando-se os sexos, nota-se que não houve diferenças significativas de rendimentos entre homens e mulheres, lembrando que as mulheres apresentam melhores níveis de escolaridade. De outra

⁶ Para eliminar-se o problema de comparação dos rendimentos entre trabalhadores com jornadas de trabalho diferentes, será criada uma nova variável de rendimentos em salários mínimo hora. O cálculo desta variável será feito da seguinte forma:

$$\frac{\text{rendimento}}{4,28 * \text{jornada}} \bigg/ \frac{300}{4,25 * 44}$$

Onde:

- Rendimento é a renda mensal do trabalho principal de cada trabalhador ocupado;
- 4,28 é o número de semanas em um mês (30 dias dividido por 7 dias)
- Jornada são as horas trabalhadas por semana pelo trabalhador ocupado
- 300 é o salário mínimo da época (2005)
- 44 é a jornada máxima de trabalho regulamentada na época (44 horas).

forma, a diferenças entre os formais e os informais foram relevantes com estes últimos tendo menores rendimentos que os formais.

Entre os formais vê-se que a grande maioria (mais da metade), de ambos os sexos, ganha de um a três salários mínimos. A região Nordeste apresenta a maior participação nesta categoria, entre os homens, 62,5%, e o Sul entre as mulheres, 63,9%. Depois, as maiores proporções ficaram na faixa de 3 a 5 salários mínimos, com o Nordeste apresentando pesos um pouco menores nesta categoria em relação às outras regiões. Nas duas faixas de mais alto rendimento, os pesos foram um pouco superiores a 10%, com exceção do Sul e do Nordeste, em que as proporções para os que ganham acima de 10 salários foram mais baixas, principalmente entre as mulheres, mas, no geral, homens e mulheres não apresentaram pesos muito diferentes nesta categoria de mais alta renda. Além de apresentar os menores pesos nos maiores rendimentos, o Nordeste obteve as maiores proporções, de todas as áreas, para homens e mulheres, na categoria de mais baixo rendimento, de menos de um salário. Foi a única região que ultrapassou os 10% nesta faixa.

Entre os informais, de novo, a maior proporção entre as categorias de rendimento foi a de 1 a 3 salários mínimos, para ambos os sexos. A região Sul ultrapassou a média das regiões metropolitanas (54%), ficando acima dos 60% entre homens e mulheres. O Nordeste apresentou resultados inferiores nesta categoria.

Na faixa de menos de 1 salário, os ocupados não-formais apresentaram proporções bem maiores do que os formais. No Nordeste, mais de 40% dos ocupados homens e mulheres ganhavam menos de 1 salário mínimo, sendo que a média para o Brasil ficou perto de 25%. São Paulo e Sul apresentaram os menores pesos nesta faixa, em torno de 16%, mas ainda muito mais elevados do os obtidos pelos formais.

Nas faixas de rendimento mais elevado, os pesos entre os informais ficaram bem abaixo dos para os formais. Como já era esperado, o Nordeste apresentou as menores proporções para os mais altos rendimentos, já que obteve pesos maiores para as faixas de menor rendimento.

Portanto por essa análise de rendimentos para os formais e não formais, notou-se que em 2005, o Nordeste foi um ponto fora da curva, o que pode confirmar a idéia de menores rendimentos do trabalho nesta região, mesmo nas áreas metropolitanas. Mesmo considerando-se as diferenças e poder de compra entre as regiões, o Nordeste tem, no geral menores rendimentos.

Agora seguem algumas tabelas cruzadas, para itens que foram consideradas relevantes ao longo da caracterização feita acima.

Como é sabido que a escolaridade tem influência no cargo a ser ocupado e que as mulheres são maioria no nível superior de escolaridade, analisa-se a distribuição dos empregados formais com ensino superior para os tipos de ocupação.

Outro dado que chamou a atenção foi o grande peso do tipo de ocupação trabalhadores dos serviços administrativos entre as mulheres ocupadas formais; o que justifica a opção por analisar-se a distribuição dos empregados formais neste tipo de ocupação para o nível de rendimento.

Depois, tem-se uma tabela cruzada para os empregados não-formais de bens e serviços e de reparação e manutenção, também, por nível de rendimento, já que este tipo de ocupação apresentou as maiores proporções entre os homens não-formais.

Na tabela 10, que cruza os empregados formais com ensino superior com o tipo de cargo ocupado podem ser notadas algumas especificidades.

Primeiro, pelos números absolutos, confirma-se a maioria de mulheres com ensino superior em todas as regiões, inclusive no Brasil.

Na categoria dirigentes em geral, a participação de homens com ensino superior é bem mais expressiva do que para mulheres, diferentemente, do que ocorria quando se consideravam todos os níveis de escolaridade dos empregados formais, em que as diferenças entre os sexos não foi tão expressiva. Essa constatação vai de acordo com as conclusões de Leone & Baltar, 2006a, apresentadas no artigo “Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles”, de que as mulheres avançaram no acesso aos cargos melhor remunerados, mas ainda há o predomínio dos homens nesses cargos.

O tipo de ocupação profissionais das ciências e das artes é a categoria de maior participação para ambos os sexos com ensino superior, enfatizando que os pesos femininos ultrapassaram os 50% em várias regiões, enquanto os homens ficaram na casa dos 30%. Quando se consideravam todas as ocupadas, o peso para esta categoria era de 16%, mostrando que as profissões incluídas nesta categoria exigem ensino superior.

Tabela 10
Distribuição dos trabalhadores formais com ensino superior por tipo de cargo ocupado, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005

Tipo de ocupação	Superior									
	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Dirigentes em Geral	24,1	13,8	14,8	9,4	17,9	11,9	19,9	13,8	19,3	12,4
Profissionais das ciências e das artes	36,8	48,2	40,1	50,0	37,3	53,5	32,9	50,4	38,1	49,8
Técnicos de nível médio	12,9	13,6	15,1	15,5	13,4	9,6	17,1	12,4	14,2	13,7
Trabalhadores de serviços administrativos	14,6	18,9	13,0	19,1	13,9	19,7	12,8	18,4	13,4	18,5
Trabalhadores dos serviços	2,8	2,0	4,3	2,7	6,0	1,8	2,9	2,2	4,0	2,3
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	2,2	1,6	2,7	1,9	2,2	2,3	3,6	1,3	2,5	1,8
Trabalhadores agrícolas	0,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	1,0
Trab. de bens e serviços e de reparação e manutenção	4,7	1,3	3,6	0,3	5,7	0,6	7,8	1,2	4,6	0,5
Membros das forças armadas e auxiliares	1,7	0,7	6,4	0,0	3,4	0,6	3,1	0,1	3,8	0,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	416465	501558	344892	389737	130839	174939	149982	185715	1150344	1367784

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Depois, tratando-se dos técnicos de nível médio, notam-se proporções expressivas para esta categoria, 14,2% para homens e 13,7% para as mulheres no Brasil metropolitano, entre formais com nível superior. Ou seja, profissionais com maior escolaridade estão ocupando cargos que exigem menor qualificação.

Seguindo, na categoria de trabalhadores dos serviços administrativos, que é, também, uma das de maior participação, nota-se uma certa preponderância feminina, como ocorreu considerando-se os trabalhadores formais de todas as escolaridades.

Por fim, os outros tipos de ocupação apresentaram resultados mais baixos, já que o nível de qualificação exigido não é tão alto, e foram considerados somente os formais com superior completo.

Como já citado, outro dado que mereceu destaque foi o tipo de ocupação trabalhadores dos serviços administrativos; categoria, esta, que concentrou a maioria das empregadas formais com percentuais mais que o dobro em relação aos homens.

Pela tabela 11, nota-se que, apesar de este tipo de ocupação agrupar várias profissões que exigem maior qualificação, e que deveriam apresentar maiores níveis de rendimento, a maioria (em torno de 60%) dos trabalhadores dos serviços administrativos, homens e mulheres ganham entre 1 e 3 salários mínimos, sendo que para as mulheres do Nordeste e do Sul, os resultados ultrapassaram 70%. O único resultado que ficou abaixo dos 60% foi para os homens do Sul, ficando em 57,5%

Tabela 11

Distribuição dos trabalhadores formais dos serviços administrativos, por nível de rendimento, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005

Rendimento	Trabalhadores dos serviços administrativos									
	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Menos de 1	1,3	1,4	3,5	5,0	8,0	7,6	2,6	1,2	3,3	3,4
De 1 até 2,99	60,7	66,3	62,4	68,2	67,8	73,4	57,5	71,9	61,3	68,2
De 3 até 4,99	20,8	18,7	16,3	12,4	9,8	9,3	19,9	15,9	17,3	15,1
De 5 até 9,99	10,7	8,2	12,7	7,4	8,6	6,9	13,0	9,3	11,5	8,2
Mais de 10	6,5	5,4	5,2	7,0	5,8	2,5	7,1	1,7	6,6	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	401252	568711	310780	415456	149802	192941	127825	209202	1058112	1475597

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Analisando-se as outras faixas de rendimento, vê-se que os percentuais de menos de 1 salário são insignificantes, o que é justificável por causa do próprio tipo de ocupação.

A faixa de 3 a 5 é a segunda com maiores percentuais, ressaltando-se que a participação masculina nesta faixa é levemente superior. São Paulo apresentou os maiores níveis para esta faixa, com 20,8% para os homens e 18,7% para as mulheres.

Na faixa seguinte, que também teve boa participação, há de novo, relativamente, mais homens do que mulheres recebendo entre 5 e 10 salários mínimos.

Na categoria de maior rendimento, os percentuais para homens e mulheres ficaram abaixo dos 10%, sendo ligeiramente menores para as mulheres, destacando-se Nordeste e Sul que apresentaram as menores participações femininas, 2,5% e 1,7% respectivamente.

Como conclusão, pode-se dizer que o tipo de ocupação mais expressivo entre as mulheres formais concentra os rendimentos nas faixas de 1 a 3 e de 3 a 5 salários.

A tabela 12, para os não-formais, faz o cruzamento do tipo de ocupação trabalhadores de bens e serviços e de reparação, que foi a categoria mais expressiva entre os ocupados homens não-formais.

Tabela 12

Distribuição dos trabalhadores não-formais de bens e serviços e de reparação e manutenção, por nível de rendimento, conforme sexo, para regiões selecionadas, em 2005

Rendimento	Trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção									
	São Paulo		Sudeste		Nordeste		Sul		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Menos de 1	21,1	29,5	31,6	36,0	53,3	71,8	17,3	33,5	31,1	39,5
De 1 até 2,99	66,1	67,6	58,7	56,5	42,4	27,2	70,5	62,7	59,2	56,5
De 3 até 4,99	7,4	2,9	5,2	3,3	2,4	0,6	8,1	2,3	5,6	2,7
De 5 até 9,99	1,8	0,0	1,2	0,0	1,2	0,5	2,8	0,0	1,6	0,3
Mais de 10	3,6	0,0	3,3	4,1	0,7	0,0	1,3	1,5	2,5	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	398567	94049	272827	30273	219921	39591	124146	26803	1102475	196093

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Pela tabela acima, nota-se que a maioria dos informais, homens e mulheres, trabalhadores de bens e serviços de reparação e manutenção (cerca de 60%) ganhava entre 1 e 3 salários mínimos, em 2005, em todas as regiões, com exceção da Nordeste. Nesta, a maioria ficou concentrada na faixa de mais baixo rendimento, sendo que entre as mulheres com este tipo de ocupação, 71,8% recebia até 1 salário mínimo, no ano de 2005. Em todas as outras regiões a categoria de menos de 1 salário, foi a segunda mais representativa.

As outras três faixas, de rendimentos mais altos, tiveram proporções bem reduzidas, principalmente entre as mulheres da região Nordeste.

Como conclusão, a partir dos dados desta tabela, pode-se dizer que o tipo de ocupação preponderante entre os homens não-formais apresentou rendimentos concentrados nas categorias de mais baixos salários e que o Nordeste se destacou, de novo, por apresentar proporções maiores entre os mais baixos rendimentos, principalmente entre as mulheres. Esta maior concentração entre os rendimentos menores reforça a hipótese de que o Nordeste continua sendo a região mais pobre do país, mesmo quando se está considerando somente regiões metropolitanas,

3.2) Trabalhadora doméstica⁷

A última subcategoria a ser estudada dentro da categoria dos trabalhadores assalariados é a dos trabalhadores domésticos. A remuneração desses trabalhadores é proveniente das famílias e não de estabelecimentos como nas duas subcategorias comparadas anteriormente, e há grande preponderância das mulheres.

Antes de se passar à caracterização das trabalhadoras domésticas, para 2005, segue-se uma pequena revisão bibliográfica sobre este tipo de ocupação.

O emprego doméstico cresceu muito na década de 90, revertendo a tendência anterior de queda de participação desse tipo de emprego na ocupação total que vinha ocorrendo desde de 1940 e também nos anos 80 com o fraco desempenho da economia. O emprego doméstico era uma porta de entrada para o mercado de trabalho, um tipo de ocupação transitória e muito mal remunerada, principalmente de jovens que depois mudavam de emprego, para ocupações melhor remuneradas.

No período mais recente, o emprego doméstico continua sendo a porta de entrada para muitos jovens no mercado de trabalho, no entanto vem aumentando o peso de adultos – devido à falta de oportunidades decorrentes do estreitamento do mercado de trabalho - nesse tipo de ocupação que tem se estruturado, com a ampliação do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e a melhora das remunerações (independentemente da formalização). Essa maior estruturação significou uma diminuição no peso dos empregados ganhando menos de um salário mínimo e o aumento da proporção dos que ganham um pouco mais de um salário mínimo (mas os rendimentos continuam inferiores ao de outras ocupações). Em anos selecionados da década de 90 (1992 a 1999), verificou-se que o rendimento real dos trabalhadores domésticos é 29%, em média, do rendimento total dos ocupados (Melo, Pessanha e Parreiras, 2000). E, apesar da predominância de mulheres nessa atividade, a média dos rendimentos reais das mulheres domésticas é cerca de 14% inferior a dos homens domésticos, no mesmo período analisado (Melo, Pessanha e Parreiras, 2000). Ainda com relação aos rendimentos, cabe notar um fato interessante ocorrido ao longo da década de 90, a evolução dos rendimentos reais médio dos trabalhadores domésticos foi sensivelmente maior à do conjunto dos trabalhadores, apesar de estar num patamar mais baixo; e exatamente por estar nesse patamar baixo, um aumento absoluto aqui é relativamente maior aos de faixas de rendimento mais altas.

⁷ Como a grande maioria dos trabalhadores domésticos é mulher, optou-se por comparar as regiões considerando-se somente elas, pois como há muito poucos homens nesta categoria e os resultados poderiam passar idéias errôneas.

Além dessa melhor estruturação do emprego doméstico nos anos 90, esse crescimento do trabalho doméstico em relação à ocupação total está duplamente relacionado ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho; nas famílias de renda intermediária, aquém da denominada classe média alta, as mulheres passam a exercer trabalhos remunerados e as famílias dessas mulheres passam a contratar uma empregada doméstica.

O serviço doméstico remunerado continua sendo uma atividade reconhecida pela sociedade como uma tarefa “naturalmente” exercida pelas mulheres, e os números confirmam tal percepção. Em 1999, 17,2% da população feminina ocupada exercia serviços domésticos, sendo que apenas 23,7% desse percentual tinham carteira de trabalho assinada (Melo, Pessanha e Parreiras, 2000), destacando-se que esse tipo de serviço tem legislação especial, pois é muito heterogêneo. Há o caso de empregadas que vivem na casa onde trabalham e, por outro lado, existem as diaristas, que trabalham cada dia em um lugar diferente.

A preponderância de mulheres no serviço doméstico reflete uma segregação ocupacional por sexo ainda bastante acentuada, apesar de estar diminuindo ao longo do tempo.

Na tabela 13, está a distribuição das trabalhadoras domésticas por faixas de idade.

Tabela 13
Distribuição das trabalhadoras domésticas por faixa de idade,
conforme sexo e regiões, em 2005

Idade	São Paulo	Sudeste	Nordeste	Sul	Brasil
	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
De 10 a 20 anos	4,8	3,5	8,3	5,8	5,4
De 20 a 25 anos	6,2	7,8	12,7	6,6	8,5
De 25 a 55 anos	78,2	75,1	73,2	77,3	75,8
Mais de 55 anos	10,7	13,6	5,9	10,4	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	702205	612073	381403	230132	2108849

Fonte: PNAD 2005

Também entre as trabalhadoras domésticas, a maior concentração está na faixa de 25 a 55 anos, ficando em torno de 75%, mas podemos destacar algumas particularidades.

Na faixa de 10 a 20 anos, o Nordeste apresenta uma concentração significativa de mulheres nesta ocupação, com 8,3%. Outro dado observado para a Região Nordeste, está na faixa das jovens, de 20 a 25 anos. Esta região apresentou o maior peso (12,7%), entre todas as áreas selecionadas para esta faixa. Portanto, nesta região as trabalhadoras eram mais jovens, considerando-se, também, a faixa de 10 a 20 anos.

Na faixa de mais de 55 anos, o Nordeste apresenta as menores proporções de trabalhadoras domésticas 5,9%, enquanto em todas as outras regiões, os 10% foram ultrapassados, indicando que mulheres com mais idade conseguem se ocupar como domésticas nestas regiões.

Quanto à escolaridade das trabalhadoras domésticas, apresentada na tabela 14, uma característica marcante é a baixa escolaridade das mesmas em todas as regiões, cerca de 60% não têm nem o ensino fundamental completo. E, à medida que se passa para os maiores níveis de escolaridade, direção ao nível superior, as proporções vão ficando cada vez menores.

Tabela 14
Distribuição das trabalhadoras domésticas por escolaridade, conforme sexo e regiões, em 2005

Escolaridade	São Paulo	Sudeste	Nordeste	Sul	Brasil
	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Fund. Incompleto	57,8	59,1	61,8	59,3	58,5
Fund. Completo	23,2	24,3	22,2	23,9	23,8
Médio	17,9	16,4	14,9	15,6	16,7
Superior	1,1	0,2	1,1	1,2	1,0
Total	100,0	100	100,0	100,0	100,0
Absoluto	702205	612073	381403	230132	2108849

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Na categoria fundamental completo, os resultados foram cerca de 23% para todas as regiões analisadas, sendo que a média para o Brasil metropolitano foi de 23,8%.

No ensino médio, mais de 15% das trabalhadoras domésticas estavam nesta faixa. O Nordeste apresentou a menor proporção com 14,9%. Os resultados para este nível de escolaridade foram bastante expressivos, considerando-se que, no geral, as trabalhadoras domésticas apresentam baixa escolaridade.

Portanto, nota-se que esta ocupação é caracterizada pela baixa escolaridade, o que certamente deve refletir-se nos rendimentos das trabalhadoras, que serão apresentados na tabela seguinte.

Tabela 15
Distribuição das trabalhadoras domésticas por rendimentos, conforme sexo e regiões, em 2005

Rendimento	São Paulo	Sudeste	Nordeste	Sul	Brasil
	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Menos de 1	20,2	26,1	69,0	21,3	33,1
De 1 até 2,99	70,5	64,6	29,3	71,0	59,5
Mais de 3	9,4	9,2	1,7	7,7	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	700413	612073	381403	229921	2106426

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Entre as trabalhadoras domésticas, a grande maioria recebia de 1 a 3 salários mínimos, cerca de 60/70%, em 2005. Esse peso é menor no Nordeste, 29,3%, já que, de novo, para o Nordeste a grande maioria das ocupadas no serviço doméstico recebia menos de um salário mínimo, 69% dessas ocupadas.

Nota-se que a média para o Brasil na casa de menos de 1 chegou a 33,1% em 2005; percentual, este, maior do que os de São Paulo, Sudeste e Sul, indicando que os altos níveis apresentados no Nordeste puxaram esse resultado para cima.

Na faixa de mais de três salários, os resultados não chegaram a 10%, sendo que no Nordeste foi de apenas 1,7%.

Pode-se concluir que as atividades domésticas apresentam as menores remunerações das três categorias de assalariados estudadas, e o Nordeste apresentou as maiores concentrações nos menores níveis de rendimento para as trabalhadoras domésticas, assim como para formais e informais e são mais jovens.

Para completar o estudo das trabalhadoras domésticas, a tabela 16 mostra os resultados para as proporções de domésticas formalizadas ou não.

Por esta tabela, pode-se notar que em todas as regiões, o nível de formalização está acima dos 30%, atingindo os 38,7% no Sul, confirmando que esta é, ainda, uma ocupação em que a maioria das mulheres não tem carteira assinada (em torno de 70%). Na região Nordeste o nível de formalização foi ainda mais reduzido, ficando em 23,5%.

Tabela 16
Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto à formalização,
conforme sexo e regiões, em 2005

Formalização	São Paulo	Sudeste	Nordeste	Sul	Brasil
	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Com carteira	31,9	37,2	23,5	37,8	32,3
Sem carteira	68,1	62,8	76,5	62,2	67,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Absoluto	702205	612073	381403	230132	2108849

Fonte: PNAD, 2005, elaboração própria

Esse percentual mais baixo de formalização no Nordeste deve estar relacionado às observações feitas anteriormente para as características dessas trabalhadoras.

Viu-se que no Nordeste há maior concentração e trabalhadoras nas faixas etárias das mais jovens, o que pode significar que o trabalho doméstico é utilizado como uma porta de entrada no

mercado de trabalho, com pouca estruturação desse tipo de emprego, pois há níveis reduzidos de vínculos formais.

Já nas outras regiões, como Sudeste e Sul, em que o nível de formalização do trabalho doméstico é mais expressivo, há uma maior concentração de mulheres adultas, inclusive com mais de 55 anos, representando que nessas regiões o trabalho doméstico é melhor estruturado e as mulheres consideram esse tipo de ocupação como sendo duradoura e não, simplesmente, um trabalho temporário, enquanto não encontram nada melhor.

O mais baixo nível de formalização e estruturação do trabalho doméstico no Nordeste deve ser um dos fatores que explicam a grande proporção de mulheres (69%), recebendo menos de 1 salário mínimo em 2005.

Pela análise das trabalhadoras domésticas, percebe-se que a questão regional agrava as diferenças de sexo. As trabalhadoras domésticas no Nordeste, além de terem uma ocupação com características mais precárias, são afetadas pelas diferenças regionais, pois estão na região mais pobre e com maiores problemas do país.

Conclusão

Comparando-se o mercado de trabalho metropolitano desde uma perspectiva de gênero, para as áreas selecionadas, em 2005, notou-se que as diferenças entre os sexos e entre regiões, com destaque para o Nordeste, continuam expressivas.

O cálculo dos indicadores de mercado de trabalho mostrou que as mulheres, apesar da expressiva participação, não atingiram os patamares alcançados pelos homens. Elas apresentaram menores taxas de participação, maiores de desemprego e, conseqüentemente menores de ocupação em todas as regiões selecionadas e para o Brasil metropolitano. A região Sul se destacou pela menor taxa de desemprego, entre as regiões selecionadas, 11,3%, e por uma das mais altas taxas de participação feminina, o que se refletiu na maior taxa de ocupação, também, entre todas as áreas selecionadas.

Ao separar-se os trabalhadores por posição na ocupação, de novo houve diferenças entre os sexos em todas as regiões. Os homens se concentraram nas categorias empregado formal e por conta própria, enquanto as mulheres tiveram maiores proporções nas empregadas formais e nas trabalhadoras domésticas, sendo que quase 20% das ocupadas, em 2005, exerciam serviços domésticos. Esta grande concentração de mulheres na ocupação doméstica foi um dos motivos de se estudar tal categoria separadamente, além, do fato dos rendimentos das mesmas provirem das famílias e não de estabelecimentos.

Nesta separação por posição na ocupação, podê-se destacar as mulheres do Nordeste, que apresentaram menores proporções na categoria empregado formal e maiores na por conta própria, ultrapassando as proporções masculinas em algumas regiões.

O capítulo 3 estudou os formais e os não-formais juntamente para facilitar as comparações entre eles. Um comentário geral e preliminar que pode ser feito é que, a partir de todas as características analisadas, os trabalhadores formais apresentaram, no geral características mais favoráveis que os não-formais, como maior escolaridade e maiores rendimentos. Entre as regiões, a Nordeste se destacou como a que apresentou as características menos favoráveis tanto para formais como para não-formais.

Na distribuição por faixa de idade, notou-se que o emprego formal é uma ocupação principalmente de adultos, com as faixas de 10 a 20 anos e de mais de 55 anos apresentando pequenas proporções, diferentemente do ocorrido entre os não-formais. Estes apresentaram proporções bem mais significativas na faixa dos mais jovens.

Quanto à idade não houve discrepâncias significativas entre as regiões selecionadas.

Na escolaridade, os formais apresentaram maiores níveis, como já dito anteriormente. No entanto cabe destacar a maior escolaridade feminina tanto entre os formais quanto entre os não-formais.

Entre os não-formais cabe destacar a região Nordeste, onde 46,3% dos homens, em 2005, não tinham nem o ensino fundamental completo.

Pela análise dos setores de atividade e dos tipos de ocupação, notou-se que ainda há uma separação por sexos nestas duas variáveis, tanto entre os formais, quanto entre os não-formais.

A maioria dos formais homens estava nos ramos indústria de transformação e comércio e reparação, ocupando cargos principalmente de trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção, enquanto as trabalhadoras formais concentravam-se no ramo de educação, saúde e serviços sociais, com os tipos de ocupação dos serviços administrativos e dos profissionais das ciências e das artes sendo preponderantes.

Entre os não-formais homens, o ramo de maior peso foi comércio e reparação, com o cargo de trabalhadores de bens e serviços de reparação e manutenção concentrando em torno de 40% dos não-formais.

Já entre as não-formais, o ramo preponderante foi, também, o de educação, saúde e serviços sociais, mas com proporções inferiores às apresentadas pelas mulheres formais. Pode-se dizer que a distribuição das não-formais foi mais pulverizada entre as várias categorias.

As diferenças regionais para ramos de atividade e tipo de ocupação não foram tão significativas.

A análise dos rendimentos revelou que a maioria dos formais, tanto homens quanto mulheres, ganhava de 1 a 3 salários mínimos, em todas as áreas selecionadas. Na categoria de mais alta renda (mais de 10), os pesos para ambos os sexos foram semelhantes; o Nordeste apresentou as menores proporções, nesta categoria comparando-se com as outras regiões.

Quanto aos salários dos não-formais, a maioria também estava concentrada na categoria de 1 a 3 salários mínimos, em ambos os sexos, como ocorreu para os formais. No entanto, as proporções de não-formais recebendo menos de 1 salário foram bastante expressivas, sendo que no Nordeste ultrapassaram os 40% entre homens e mulheres. Além disso, as classes de maiores rendimentos pesaram menos entre os não-formais, com o Nordeste, de novo, apresentando as menores proporções.

As tabelas cruzadas permitiram aprofundar o estudo de algumas características.

Entre os formais com ensino superior, em que as mulheres são maioria, pôde-se notar a grande concentração delas e, também, deles no tipo de ocupação profissionais das ciências e das artes, já que esta categoria inclui profissões que exigem nível superior. Os tipos de ocupação trabalhadores dos serviços administrativos e técnicos de nível médio também tiveram grande peso entre os trabalhadores formais com nível superior. Não houve diferenças regionais marcantes.

Entre os trabalhadores formais dos serviços administrativos, em que a participação feminina é importante, a maioria, de ambos os sexos, ganhava de 1 a 3 salários, em todas as regiões, seguida pela

categoria de 3 a 5 salários. As faixas de menor e de maiores rendimentos pesaram pouco entre os trabalhadores com este tipo de ocupação.

Entre os informais que eram trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção (este tipo de ocupação foi a de maior peso entre os não-formais homens) a maioria estava concentrada na faixa de 1 a 3 salários mínimos, tanto homens quanto mulheres. Aqui, no Nordeste a categoria de maior peso foi a de menos de 1 salário mínimo.

Após a análise dos formais e não-formais, as trabalhadoras domésticas foram estudadas separadamente (foram consideradas somente as mulheres, porque a participação masculina nesta posição na ocupação é quase insignificante).

As trabalhadoras domésticas estavam concentradas na faixa de idade de 25 a 55 anos, cerca de 75% em todas as regiões. Na faixa de mais de 55 anos, todas as regiões ultrapassaram os 10%, com exceção da Nordeste, que ficou nos 5,9% e, por isso, apresentou uma proporção mais elevada de mulheres na faixa de 20 a 25 anos.

A escolaridade das domésticas é muito baixa, a maioria não tinha o ensino fundamental completo e, à medida que se aumentava a escolaridade as proporções ficavam menores.

Quanto ao rendimento destas trabalhadoras, a maioria ganhava de 1 a 3 salários, como ocorreu para os formais e não-formais, com exceção da região Nordeste, em que 69% recebiam menos de 1 salário.

Como resumo das características das trabalhadoras domésticas, pode-se dizer que no Nordeste elas eram mais jovens, tinham menor escolaridade e recebiam pouco, em 2005.

Finalizando este estudo, deve-se ter presente que a questão regional intensifica as diferenças de sexo. Sendo assim, as mulheres na região Nordeste devem ter piores condições de inserção no mercado de trabalho e piores condições no próprio trabalho que exercem, pois além de serem mulheres (ainda há segregação por sexo) estão na região que apresentou as características mais desfavoráveis para os trabalhadores.

Referências bibliográficas:

- BALTAR, P. KREIN, D. MORETTO, A. O Emprego no Início do Século XXI. Campinas, IE-UNICAMP. Carta Social e do Trabalho nº3, CESIT, 2006.
- BALTAR, P. Desigualdade de Rendimentos do Trabalho e Salário Mínimo na Década de 90. Campinas, IE-UNICAMP. Carta Social e do Trabalho nº1, CESIT, 2005.
- BALTAR, P. O Mercado de Trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas, IE-UNICAMP. Tese de Livre Docência, 2003.
- BALTAR, P. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 1990. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos Anos 90*. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, 2003a.
- BALTAR, P & LEONE, E. Contradições das relações de trabalho sob a influência neoliberal no Brasil. Trabalho apresentado no “Primer Colóquio de Economía Política y Pensamiento Crítico”, realizado em Santiago do Chile, de 9 a 11 de Novembro de 2006.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. Campinas, SP, Economia e Sociedade, junho de 2000.
- CARDOSO, JR., J. C. Estrutura ocupacional-setorial no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90. IPEA, Texto para discussão n 655, 1999.
- CORSEUIL, C. H., PONTUAL, E. P., SANTOS, D. D. & DIAS, R. Criação destruição e realocação do emprego no Brasil. IPEA, Texto para discussão n 855, 2002.
- DEDECCA, C. S. & ROSANDISKY, E. N. Enfim, uma esperança da réquiem para a tese de “inempregabilidade”. Ensaio apresentado no Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004; Brasília, 2006.
- DEDECCA, C. S. Anos 90: A Estabilidade com Desigualdade. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. www.caritasbrasileira.org.br, 2001.
- LAVINAS, L. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. Dados n 40, rio de Janeiro, 1997.
- LAVINAS, L. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. IPEA, Texto para discussão n 826, 2001.
- LEONE, E. O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (coord.) *Trabalho, Mercado e Sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

- LEONE, E. A Mulher no Atual Mercado de Trabalho. Campinas, IE-UNICAMP. Carta Social e do Trabalho nº3, CESIT, 2006.
- LEONE, E. & BALTAR, P. Mercado de trabalho metropolitano: gênero e diferenças de rendimento, 1992 – 2002, 2004.
- LEONE, E. & BALTAR, P. Ocupação e Rendimento dos Trabalhadores nas metrópoles do Brasil: uma análise de gênero em 1992 e 2002, 2004a.
- LEONE, E. & BALTAR, P. Estrutura ocupacional, diversidade de remunerações e gênero em regiões metropolitanas do Brasil. Campinas IE-UNICAMP. Relatório final de pesquisa para o CNPq, 2006.
- LEONE, E. & BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambu, MG, 2006a.
- MACHADO, A.F., OLIVEIRA, A. M. H. C. Transições no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de categorias ocupacionais. In: *Anais do VI Encontro da Nacional de Estudos do Trabalho – ABET*, Belo Horizonte, MG, 1999.
- MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. IPEA, Texto para discussão n 565, 1998.
- MELO, H. P., PESSANHA, M. C. & PARREIRAS, L. E. Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. *Mulher e Trabalho*, volume 3, 2000.
- PACKER, A. O mercado de trabalho em Campinas. Campinas, IE-UNICAMP. Projeto de iniciação científica, 2005.
- PEREIRA, E. A . Recuperação e Crescimento. Campinas, IE-UNICAMP. Política Econômica em Foco nº3, CECON, 2004.
- PIQUET, R. Emprego metropolitano e Mudança ocupacional. Boletim do SENAC, volume 27, 2001.
- POCHMANN, M. O Trabalho sob fogo cruzado. In: *Exclusão, desemprego e precarização no final do século*, Capítulo 5: A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, 1999.
- POCHMANN, M. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. *Revista do Legislativo*, abr-dez/1999a.
- POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo e Perspectiva*, volume 18, n 2, abr-jun/2004.
- POCHMANN, M. Qualidade das ocupações no Brasil. IE-UNICAMP. Carta Social e do Trabalho nº3, CESIT, 2006.
- QUADROS, W. J. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: Proni, M. W. e Henrique, W. (coord.) *Trabalho, Mercado e Sociedade*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

SANTOS, A . L. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. Campinas, IE-UNICAMP. Carta Social e do Trabalho nº3, CESIT, 2006.